

EMPREGO, MOBILIDADE, POLÍTICA e LAZER: SITUAÇÕES E ATITUDES DOS JOVENS PORTUGUESES NUMA PERSPECTIVA COMPARADA

Autores: Marina Costa Lobo, Vítor Sérgio Ferreira, Jussara Rowland
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lisboa, 7 de Maio de 2015

Índice

1. Introdução.....	3
2. Atitudes perante o desemprego como realidade e possibilidade.....	7
3. Empregabilidade e valores do trabalho.....	22
4. A mobilidade estudantil e laboral.....	32
5. Atitudes dos jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007-2015.....	46
6. Lazer e usos de tecnologias da informação e da comunicação.....	65
7. Conclusões.....	76
8. Referências bibliográficas.....	83

1.Introdução

Os desafios que se apresentam à sociedade portuguesa num quadro de crise económica que se arrasta há vários anos são múltiplos, abarcando importantes questões sociais, económicas, mas também políticas. Os jovens constituem um grupo social onde os desafios colocados exigem um estudo mais aprofundado. São, desde logo, mais qualificados do que qualquer outra geração em Portugal, com variadas oportunidades de mobilidade no contexto da União Europeia, e com um espectro de experiências de lazer mais diversificado em comparação com anteriores gerações. Apesar disso, podemos afirmar que este grupo social tem sido desproporcionalmente afetado pela presente crise económica.

A subida do desemprego para a população em geral tem marcado o agravamento da crise desde 2011, atingindo um pico de 17.8% em Portugal em Janeiro de 2013 (Eurostat). Desde então tem-se verificado alguma descida na taxa de desemprego, que se mantém apesar disso em níveis elevados. Segundo as estimativas mais recentes (provisórias) do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego foi de 13,7% em Março 2015, menos 0,1 pontos percentuais do que em Fevereiro e menos 1,2 pontos percentuais face ao período homólogo.¹ Mesmo assim, apesar desta melhoria, e segundo dados recentes da OCDE, reportando a Fevereiro de 2015, Portugal é um dos países da zona euro onde a taxa de desemprego jovem permanece “excepcionalmente elevada” atingindo 35% dos portugueses entre 15 e 24 anos, a par da Grécia (51,2%, dados de Dezembro, os últimos disponíveis), Itália (42,6%) e Espanha (50,7%).²

A par desta evolução negativa no emprego, existem evidências que apontam para uma relação não isenta de tensões entre os jovens e a política. É certo que, tal como na questão do emprego, as tendências são comuns para o conjunto da sociedade portuguesa, mas há questões – nomeadamente a abstenção - que marcam em particular a relação da juventude com a política. O presente relatório, elaborado a partir de um inquérito à opinião pública representativo da população e da juventude portuguesa, pretende dar um contributo para a compreensão dos comportamentos e atitudes sociais e políticas da juventude em comparação com o resto da sociedade portuguesa nestas temáticas.

¹ INE, *Estatísticas do Emprego*, 1º.trimestre de 2015, 6 de Maio de 2015.

² OECD, *Harmonised Unemployment Rates*, OECD, Atualizado Fevereiro 2015. Acessível em <http://www.oecd.org/newsroom/harmonised-unemployment-rates-hurs-oecd-updated-february-2015.htm>

O inquérito à opinião pública sobre o qual se baseia este Relatório foi realizado entre 6 e 17 de Março de 2015. O universo incluiu indivíduos com 15 anos e mais, residentes em Portugal continental. A amostra foi desenhada por quotas e integra uma componente base de 1254 entrevistas, as quais foram complementadas com um *boost* de 358 entrevistas a inquiridos entre os 15 e os 34 anos. A amostra total foi, assim, constituída por 1612 entrevistas. A delimitação da idade à qual corresponde a categoria “juventude” não é consensual, nem uniformemente aplicada quando se analisa o fenómeno. No entanto, e porque existe atualmente uma tendência para um prolongamento dos modos de vida associados à condição juvenil a escalões etários mais avançados, bem como para o adiamento etário dos principais marcadores de entrada na idade adulta, optámos por caracterizar os jovens como aqueles que, à data de realização das entrevistas, tinham entre 15 e 34 anos. Na apresentação dos resultados, porém, dividimos estes inquiridos jovens em dois grupos: o primeiro com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, e o segundo entre 25 e 34 anos. Dessa forma, fizemos distinguir etariamente entre “jovens” e “jovens adultos”.

Este estudo centra-se em quatro temas, a saber, o emprego e a empregabilidade, a mobilidade, a política e o lazer dos jovens. Cada secção segue em traços gerais uma estrutura comum: em primeiro lugar, fazemos uma breve contextualização de cada um dos temas apresentando dados internacionais comparativos recentes. De seguida, analisam-se os principais resultados do estudo, comparando as atitudes e os comportamentos dos jovens e da população adulta. Em algumas questões consideradas mais importantes aprofundaremos a análise, olhando para o perfil sociodemográfico dos jovens e a forma como esse perfil os diferencia em termos de atitudes e comportamentos. Na secção sobre política e juventude iremos também fazer uso de dados idênticos recolhidos em 2007, oferecendo assim uma perspetiva longitudinal que nos permite compreender em que medida a crise económica afetou as atitudes e comportamentos dos jovens portugueses em relação à política. Nas conclusões procuraremos traçar um retrato da juventude portuguesa no que diz respeito a estas dimensões de análise, centrais para a compreensão tanto do presente como do futuro do nosso país. Antes porém de passarmos ao capítulo seguinte, apresentamos um quadro que resume brevemente as principais conclusões do Relatório.

Conclusões Principais do Relatório:

Atitudes perante o desemprego

- As taxas de desemprego atingiram cerca de 1/3 da população jovem entre 15-24 anos, situação que arrisca tornar-se estrutural, considerando que mais de 50% dos jovens adultos desempregados entre 25-34 anos já se encontra nessa situação há mais de um ano.
- As qualificações superiores continuam a oferecer uma certa proteção contra as formas mais excludentes do mercado de trabalho.
- Em situação de desemprego, os jovens são a faixa etária que mais ativamente tende a diversificar as suas estratégias para sair dessa situação.
- A possibilidade de vir a perder o seu emprego revelou-se uma preocupação crescente e transversal à sociedade portuguesa, embora os trabalhadores mais jovens (15-24) sejam mais otimistas quanto à possibilidade de virem a encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo.

Empregabilidade e valores do trabalho

- A maioria dos portugueses considera que a principal causa do desemprego juvenil é haver “cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho”.
- O empreendedorismo é uma estratégia residual entre os jovens desempregados. Trata-se de uma predisposição que, entre os jovens empregados, se manifesta sobretudo entre quem já foi ou é patrão ou trabalhador por conta própria, e quem vive em melhores condições socioeconómicas e tem mais qualificações.
- O valor da “estabilidade” e “segurança” no domínio do trabalho continuam a ser as orientações dominantes entre os mais jovens.

Mobilidade estudantil e laboral

- As novas gerações mais escolarizadas têm apresentando valores mais elevados de mobilidade estudantil internacional a nível do ensino superior.
- Os valores de mobilidade laboral para o estrangeiro no passado são quase idênticos para os jovens com níveis de escolaridade mais elevados e menos elevados. As inserções laborais são porém distintas: os jovens pouco qualificados tendem a ter experiências de trabalho permanente, enquanto os estágios são mais comuns entre os mais qualificados.
- A predisposição para a mobilidade laboral internacional é mais elevada entre os jovens e jovens adultos do que nos restantes grupos etários.

Atitudes perante a política

- Os jovens estão acima da média nacional no que diz respeito à satisfação com a democracia, mas também são aqueles que menos procuram notícias sobre política, menos pertencem a partidos, participam pouco em associações cívicas (com exceção de grupos desportivos e associações juvenis e estudantis), e envolvem-se pouco em atividades cívicas e políticas. Quanto à identificação partidária, menos de um terço dos jovens afirma ter simpatia por um partido.
- Os jovens adultos (25 e 34 anos) consomem o dobro das notícias sobre política; estão acima da média nacional na pertença a partidos políticos, sindicatos, associações ou ordens profissionais, grupos desportivos, grupos culturais ou de lazer, e outros tipos de associações sem fins lucrativos. Estão também acima da média nacional no desempenho de atividades cívicas e políticas. Quanto à identificação partidária, a percentagem de jovens adultos que tem simpatia por um partido é o dobro da dos mais jovens, e próxima da média nacional.
- Existe um padrão curvilíneo na relação entre as atitudes e comportamentos políticos e a idade. Os mais jovens e os mais idosos são os que apresentam atitudes menos positivas (com exceção da satisfação com a democracia) e menos participação na política. Este padrão sugere que estamos perante tendências de ciclo de vida – quando os mais jovens se tornarem jovens adultos a tendência será para exercer uma cidadania mais ativa, próxima da média nacional.
- O exercício da cidadania entre os jovens em Portugal está associado à existência de recursos cognitivos (nível de escolarização), socioeconómicos (rendimento) e políticos (identificação partidária).
- Do ponto de vista longitudinal, existe um declínio – por vezes bastante acentuado- nos indicadores selecionados que indicia uma quebra na qualidade da democracia em Portugal, pelo menos no que concerne a relação dos jovens com a política.

Lazeres e usos de TICs

- As atividades culturais e de lazer são mais praticadas pelos jovens, especialmente as atividades de carácter generalístico praticadas fora de casa (atividades físicas e desportivas ou radicais, idas ao cinema, idas a espetáculos desportivos, idas a festivais de música).
- A prática de atividades culturais e de lazer é em larga medida definida pelas condições culturais e socioeconómicas dos indivíduos.
- O acesso à internet é também muito marcado por clivagens geracionais, sendo generalizado para a quase totalidade da faixa dos 15 aos 24 anos.
- As finalidades de uso da internet apresentam perfis de utilização diversificados que diferenciam os homens (*download* de filmes e séries, jogos) das mulheres (informação e leitura); os jovens (lazer) dos jovens adultos (fins mais utilitários).

2. Atitudes perante o desemprego como realidade e possibilidade

Os jovens portugueses de hoje vivem uma condição social paradoxal: nunca em Portugal uma geração foi tão qualificada, acalentando ao longo do seu percurso escolar aspirações e expectativas elevadas quanto ao *valor de empregabilidade* dos diplomas a que tiveram acesso em todos os graus de ensino – ou seja, o valor atribuído a esse instrumento no acesso a um posto de trabalho equivalente às qualificações que certifica, a formas mais estáveis de emprego e, em última instância, até mesmo no acesso a um posto de trabalho *tout court*.

Todavia, no recente contexto de crise económica, essas aspirações e expectativas socialmente nutridas pela escola e a família, entre outras instâncias sociais, têm-se visto em grande medida frustradas pelas crescentes dificuldades que os jovens portugueses de hoje têm vivido nos seus processos de inserção profissional – dificuldades essas que, como vários estudos indicam, têm tido impactos marcantes na gestão da vida quotidiana dos jovens, bem como no delineamento e concretização de projetos futuros que vão muito além da vida profissional (mas que desta dependem em grande medida, como a autonomização habitacional, a conjugalidade e a parentalidade, por exemplo) (Pais, 2001, 2012; Guerreiro e Abrantes, 2004; Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011; Ferreira e Nunes, 2014).

Num cenário de notável progressão da escolarização dos segmentos juvenis da população portuguesa, de acrescida dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, e onde as formas de transição para a idade adulta são feitas de cenários e itinerários cada vez mais incertos e arriscados (Almeida e Vieira, 2013; Vieira, Ferreira e Rowland, 2015), existirão diferenças nas atitudes, valores e expectativas perante o (des)emprego e o trabalho entre jovens e adultos? E entre os próprios jovens, existirão diferença entre determinados perfis sociais? Estas foram as questões fundamentais que orientaram o módulo dedicado ao Emprego, Empregabilidade e Trabalho.

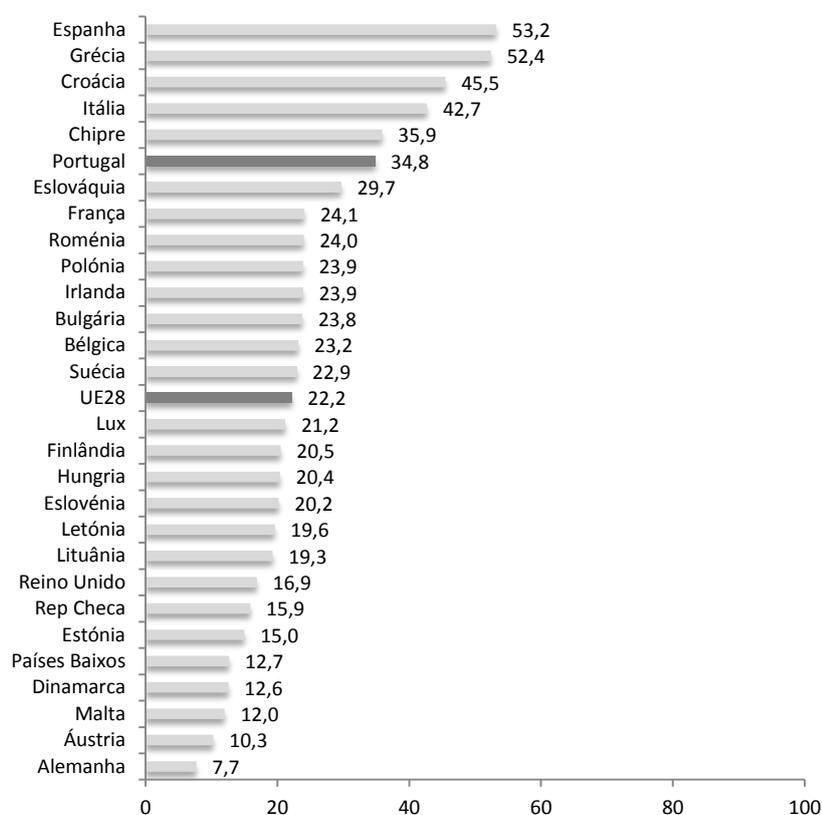
2.1. O desemprego como realidade

2.1.1 Taxas de desemprego juvenil

Não sendo específicas ao caso português, as dificuldades acrescidas no acesso dos jovens ao mercado de trabalho são vividas com intensidades diferenciadas no espaço europeu. Em Portugal, a taxa de desemprego juvenil entre 15-24 anos apresentava, em

2014, um valor substancialmente mais elevado do que a média europeia: 34.8% vs. 22.2%, respetivamente. Os países do Sul da Europa – nomeadamente a Espanha e a Grécia, com taxas de desemprego juvenil que ultrapassam a metade da população ativa, mas também a Itália, Chipre – são os contextos nacionais onde as dificuldades de inserção no mercado de trabalho se sentem com intensidade acrescida, países onde a crise económica na zona Euro eclodiu em maior escala, sendo também os países onde, tradicionalmente, as transições juvenis são menos apoiadas pelo Estado Social (Walther, 2006; Pohl e Walther, 2007).

Fig 2.1. Taxa de desemprego dos jovens entre 15-24 anos, em 2014 (média anual), na UE28 (%).



Fonte: Eurostat.

O último quinquénio foi, efetivamente, particularmente penalizador das inserções profissionais juvenis em Portugal, com taxas de desemprego entre a população jovem entre 15-24 anos que atingiram os 38% (INE, 2013). Particularmente penalizados foram os jovens com qualificações mais baixas: a taxa de desemprego população jovem entre 15-24 anos em 2014 era de 55.5% entre os que detinham qualificações apenas ao nível do 1º ciclo do ensino básico, descendo progressivamente à medida que aumenta o nível

de escolaridade, atingindo os 31.7% entre os jovens da mesma faixa etária com o ensino superior.

Mas mesmo entre os segmentos juvenis mais qualificados, as taxas de desemprego subiram abruptamente de 29.4% em 2011 para 39.3% em 2012, sendo que na sua descida nos dois últimos anos terá que ser lida à luz de fatores como o aumento do fluxo imigratório entre esta população, bem como a crescente disponibilidade de muitos destes jovens em aceitar postos de trabalho não adequados ao seu grau de qualificação.

Quadro 2.1. Taxas de desemprego em Portugal entre 2011-2014, por grau de escolaridade (%).

<i>Ano</i>	<i>Total</i>	<i>Nenhum</i>	<i>Básico-1º ciclo</i>	<i>Básico-2º ciclo</i>	<i>Básico-3º ciclo</i>	<i>Secundário ou Pós-secundário</i>	<i>Superior</i>
<i>Taxa de desemprego população portuguesa</i>							
2011	12,7	11,6	10,8	13,9	16,1	13,4	9
2012	15,5	14,4	13,3	16,5	18,5	17,6	11,6
2013	16,2	17,3	14,1	18	18,6	17,4	12,6
2014	13,9	13,9	12,7	15	16,6	15,3	10
<i>Taxa de desemprego população jovem 15-24 anos</i>							
2011	30,3	-	-	36,5	31,1	27,3	29,4
2012	37,9	-	-	38,9	39,1	35,8	39,3
2013	38,1	-	-	44	38,5	36	37,5
2014	34,8	-	55,5	48,2	37,1	32	31,7
<i>Taxa de desemprego população jovem 25-34 anos</i>							
2011	14,1	-	21,6	16,5	15,2	12,4	12,4
2012	18,1	-	29,3	21,5	18,2	16,9	16,7
2013	19	-	36	24,6	19,2	16,4	17,8
2014	15,5	42	31	21	15,2	14,9	14

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (médias anuais)

Se se comparar os dados oficiais dos jovens entre 15-24 anos com os dos jovens adultos entre 25-34 anos, verifica-se uma acentuada descida das taxas de desemprego na transição para esse escalão etário: no ano de 2014, a taxa anual de desemprego desce de 34.8% entre os jovens de 15-24 anos, para 15.5% entre os jovens adultos de 25-34 anos. Quer isto dizer que, em termos estruturais, aquilo a que normalmente se chama de “desemprego juvenil” se trata, sobretudo, de um fenómeno de “desemprego de inserção”, marcado por momentos de intermitência temporária na entrada no mercado de trabalho. De facto, entre os jovens-adultos com qualificações equivalentes ou mais elevadas que o 3º ciclo do ensino básico, as taxas de desemprego são muito equivalente às taxas médias de desemprego encontradas para a população portuguesa com níveis de escolaridade equivalente.

No entanto, entre os jovens adultos com níveis de escolaridade abaixo do 3º ciclo do ensino básico, os valores do desemprego são substancialmente mais elevados que a média das taxas de desemprego para a população geral com escolaridade equivalente. O que quer dizer que existe uma forte probabilidade de situações de “desemprego de inserção” se tornarem, a prazo (ou ao longo do curso de vida), em “desemprego como condição” entre estes jovens menos qualificados, com risco de a precariedade estruturar o seu modo de vida.

Com efeito, uma certa instabilidade e flexibilidade sempre fez parte integrante dos processos juvenis de transição para a idade adulta, nomeadamente das transições para o mercado de trabalho. A própria noção de «experiência», nomeadamente de experiência profissional, faz parte integrante da condição juvenil. Contudo, o grande risco, hoje, é que essas formas mais instáveis e flexíveis de transição juvenil se venham a transformar em condição social na idade adulta, onde situações de trabalho intermitente, oscilando entre situações de trabalho independente legal ou ilegal, estágios, *part-times*, bolsas, acumulações de empregos, biscates, e todo o manancial de formas de emprego outrora chamadas “atípicas”, se vão institucionalizando como típicas, estruturando trajetórias laborais e percursos de vida que se traduzem numa possibilidade difusa de projetar um futuro para além do constrangimento e da aleatoriedade do presente. E isto bem para além da vida profissional.

2.1.2. Duração do tempo de desemprego

O desemprego de longa duração – aqui definida num sentido lato, ou seja, trabalhadores em idade ativa à procura de emprego que há mais de doze meses se encontrem desempregados - é efetivamente um dos problemas que, no atual contexto de crise económica, se veio a agravar em Portugal, aumentando não apenas os seus índices de presença, mas também o próprio tempo de duração da situação de desemprego. Os dados do inquérito de 2015 revelam que 62.8% da população desempregada inquirida está nessa situação há mais de um ano.

Embora esta seja uma situação que atinge com intensidade acrescida a população com faixas etárias acima dos 35 anos – demonstrando como o avançar da idade é um fator muito importante e discriminatório na capacidade de reintegrar o mercado de trabalho –, não se pode deixar de considerar muito significativa a proporção de desempregados há mais de um ano entre as faixas etárias mais jovens: 38.2% entre os jovens desempregados dos 15 aos 24 anos, e 52.8% dos jovens adultos desempregados

com idades compreendidas entre 25 e 34 anos – sendo que nesta faixa etária a proporção de jovens desempregados há mais de dois anos (27.8%) já é superior há de jovens desempregados entre um e dois anos (25%).

Quadro 2.2. Tempo de desemprego. Total da população desempregada, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Há menos de 6 meses	27,9	21,9	12,6	10,9	3,6	0,0	15,1
Entre 6 meses e 1 ano	31,1	16,0	11,5	16,6	4,2	0,0	15,2
Entre 1 e 2 anos	24,0	25,0	21,3	8,6	34,9	100,0	21,8
Há mais de 2 anos	14,2	27,8	47,5	57,6	48,8	0,0	41,0
Não sabe	0,0	1,0	0,0	0,0	4,2	0,0	0,7
Não responde	2,7	8,3	7,0	6,3	4,2	0,0	6,2

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspectiva comparada”, Abril 2015.

Há que notar, porém, que o tempo de duração da situação de desemprego se verifica bastante sensível à escolaridade dos jovens nesta situação, sendo o desemprego de longa duração – ou seja, há mais de um ano – presente sobretudo entre os jovens com escolaridades ao nível do ensino básico (50%) e secundário (53%), atingindo valores inexpressivos entre os jovens com escolaridades ao nível superior inquiridos na nossa amostra.

2.1.3. Meios de subsistência e estratégias de procura de trabalho em situação de desemprego

O apoio de familiares é a forma de subsistência mais frequente entre os jovens de 15 a 24 anos que se autodeclaram desempregados (63.9%), revelando a importância fundamental que as redes de solidariedade familiar adquirem em situações de vulnerabilidade social. Essa proporção baixa consideravelmente a partir da faixa etária seguinte, ficando praticamente equivalente a outras formas de apoio social do Estado, como o “subsídio de desemprego” (21.2%) e “outros apoios sociais” (13.2%). Estas formas estatais de apoio social, por sua vez, adquirem uma relevância crescente ao longo do percurso de vida, sendo os principais meios de subsistência entre a população com 35 e mais anos, sobretudo o subsídio de desemprego.

Quadro 2.3. Principal meio de subsistência. Total da população desempregada, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Subsídio de desemprego	18,0	21,2	25,5	27,9	38,9	100,0	26,2
Outros apoios sociais	6,0	13,2	12,6	21,3	18,6	0,0	14,4
Apoio de familiares	63,9	36,8	29,4	25,2	19,2	0,0	33,
Apoio de outras pessoas (amigos, vizinhos)	1,1	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,6
Rendimentos próprios	0,0	2,8	4,2	2,0	4,2	0,0	2,8
Trabalhos ocasionais (biscates)	1,1	9,4	5,6	11,0	7,2	0,0	7,1
Rendimentos do agregado	1,1	2,8	11,4	6,3	3,6	0,0	6,1
Não sabe	1,6	3,5	0,0	0,0	4,2	0,0	1,5
Não responde	7,1	10,4	9,8	6,3	4,2	0,0	8,1

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Apesar das dificuldades acrescidas na inserção profissional, os jovens inquiridos não se mostram desencorajados na procura ativa de emprego. Pelo contrário, são os mais jovens os que mais tendem a diversificar as suas estratégias para sair da situação de desemprego, obtendo valores proporcionalmente superiores às restantes faixas etárias em praticamente todas as estratégias elencadas (com exceção do contato com familiares, amigos ou conhecidos, que obtém índices mais elevados entre a população entre 25 e 54 anos).

Quadro 2.4 Atividades empreendidas para sair da situação de desemprego (resposta múltipla). Total da população desempregada, por faixa etária (%).

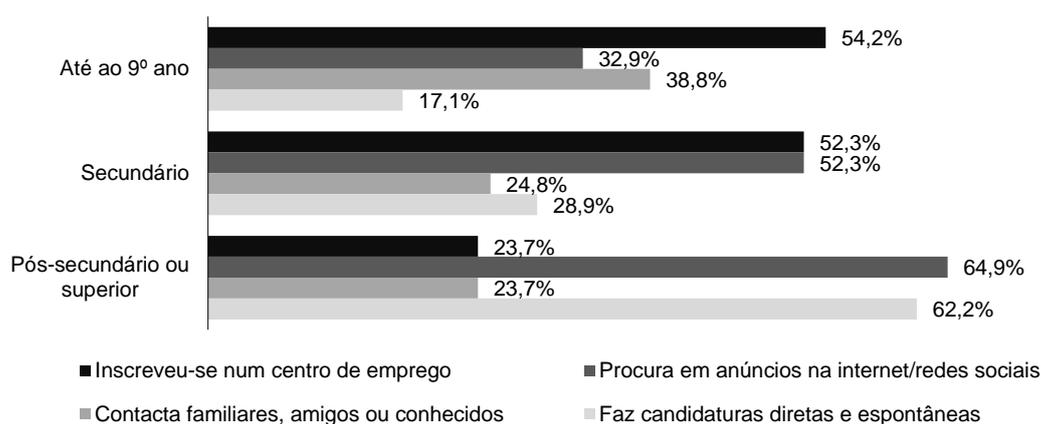
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Inscreeveu-se num centro de emprego	55,4	48,3	49,3	53,3	46,7	0,0	50,1
Contacta familiares, amigos ou conhecidos	25,5	38,2	35,3	45,0	22,4	0,0	35,0
Procura em anúncios na internet/redes sociais	46,7	38,2	24,1	6,3	7,9	0,0	24,1
Faz candidaturas diretas e espontâneas	25,0	24,0	25,3	10,9	12,1	0,0	20,1
Inscreeveu-se numa empresa de trabalho temporário	14,1	9,0	7,0	8,6	7,3	0,0	8,7
Frequenta cursos de formação profissional	11,4	6,6	8,6	12,6	0,0	0,0	8,4
Procura emprego em anúncios/por meios próprios	4,3	3,8	0,0	8,3	3,6	0,0	3,6
Procura criar o seu próprio emprego	2,7	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Prossegue estudos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra situação	1,6	1,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,9
Nada	2,7	2,1	8,4	8,3	15,2	100	7,7
Não sabe	0,0	1,0	0,0	0,0	7,8	0,0	1,2
Não responde	5,4	9,4	12,6	6,3	4,2	0,0	8,5

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

A estratégia transversalmente mais ativada entre todas as gerações é a inscrição num centro de emprego, em grande medida por ser um ato necessário para se ter acesso aos apoios sociais específicos por parte de quem está na situação de desemprego. Denota-se, no entanto, ser uma estratégia substancialmente menos ativada entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior, sendo apenas 23.7% destes a declararem ter-se inscrito num centro de emprego.

A procura de emprego através de anúncios na internet e em redes sociais surge bastante clivada geracionalmente, sendo significativamente mais ativada entre os mais jovens e os jovens adultos (46.7% e 38.2%, respetivamente), mais familiarizados com o meio virtual e os recursos que este proporciona do que os indivíduos nas restantes faixas etárias. Entre a mais nova geração, por sua vez, são os jovens com a escolaridade mais elevada que mais tendem a procurar o meio virtual para encontrar trabalho (64.9%).

Fig 2.2. População jovem (15-34) segundo as atividades empreendidas para sair da situação de desemprego, por nível de escolaridade (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

A ativação de contactos sociais e as candidaturas espontâneas são estratégias ainda bastante ativadas entre os mais novos. No entanto, se a primeira acaba por se intensificar substancialmente ao longo do curso de vida laboral, as candidaturas espontâneas acabam por ser menos investidas pelos adultos depois dos 45 anos. Entre a população jovem, contudo, esta última estratégia acaba por ser muito desenvolvida pelos jovens com escolaridade mais elevada (62.2%). Já entre os jovens com mais baixa escolaridade, as candidaturas espontâneas acabam por ser preteridas relativamente à ativação de contactos de familiares, amigos ou conhecidos, estratégia desenvolvida por 38.8% destes.

De notar, por fim, a expressividade residual ou nula de estratégias como a criação do próprio emprego ou o prosseguimento de estudos por parte dos jovens desempregados, tal como os que, desencorajados, nada dizem fazer para sair da situação de desemprego em que se encontram.

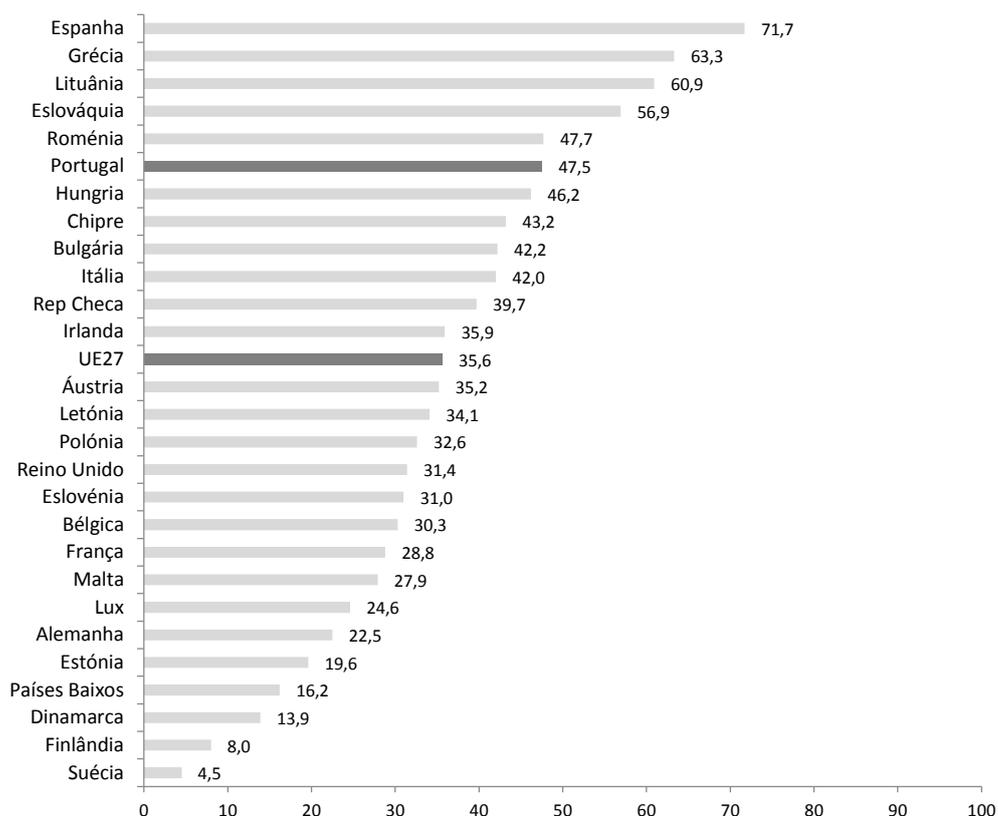
2.2. O desemprego como possibilidade

2.2.1 A preocupação com a possibilidade de desemprego

Considerando o contexto de atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, importou apurar o grau de preocupação dos portugueses já empregados, nomeadamente dos mais jovens, em relação à possibilidade de virem a perder o seu emprego. Trata-se de uma questão importante, no sentido de avaliar as atitudes dos indivíduos num contexto de risco e crescente imprevisibilidade dos cursos de vida.

Segundo dados do Eurobarómetro, já em 2011 Portugal se encontrava entre os países cuja população apresentava níveis de preocupação com a ameaça de vir a perder o emprego bastante acima da média europeia (35.6%). Praticamente metade da população ativa portuguesa (47.5%), nessa altura, já evidenciava índices de “muita preocupação” em relação à possibilidade de vir a perder o seu emprego, encontrando-se a par dos níveis de preocupação de países como a Roménia (47.5%) e a Hungria (46.2%). Nessa altura, porém, a preocupação demonstrada pela população portuguesa não se demonstrava tão acentuada como na Espanha ou na Grécia, onde cerca de 72% e 63.3% das suas populações, respetivamente, já manifestavam um elevado índice de preocupação.

Fig 2.3. Preocupação em relação a perder o seu emprego. Total da população que se declara preocupado ou muito preocupado, UE-27 (%).



Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011

Pergunta: "Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação em relação a perder o seu emprego?" Escala de 1 a 5 onde '1' significa que "não está nada preocupado e '5' que está muito preocupado".

Os dados do inquérito realizado em 2015 demonstram, desde então, um crescimento muito significativo do índice de preocupação entre a população portuguesa em relação à possibilidade de vir a perder o seu emprego: de 47.5% sobe para 68% a proporção da população portuguesa empregada que evidencia elevados índices de preocupação.

Embora a preocupação em relação a perder o emprego se demonstre transversalmente muito elevada em praticamente todas as fases do curso de vida, esse sentimento tende a diminuir um pouco entre os mais jovens (60.1%), ainda em processo de inserção profissional, a par dos indivíduos depois dos 55 anos, ou seja, com idades já próximas do fim do seu percurso laboral – de facto, o índice mais elevado de preocupação desce muito acentuadamente entre os indivíduos com 65 e mais anos, entre os quais apenas 36.4% se demonstram muito preocupados perante a possibilidade virem a perder o seu próprio emprego.

Quadro 2.5. Grau de preocupação em relação a perder o seu emprego. Total da população empregada, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	19,7	11,6	14,3	15,8	17,7	37,8	16,1
Média preocupação (3)	10,6	12,4	11,2	9,5	8,1	0,0	10,1
Muita preocupação (4-5)	60,9	73,0	70,8	72,4	61,9	36,4	68,0
Não sabe	6,4	0,8	2,1	1,8	6,3	13,4	3,2
Não responde	2,5	2,3	1,6	0,6	6,0	12,4	2,7

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: "Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação em relação a perder o seu emprego?" Escala de 1 a 5 onde '1' significa que “não está nada preocupado e ‘5’ que está muito preocupado”.

Mas se os inquiridos mais velhos se demonstram menos preocupados em vir a perder o seu próprio emprego, a sua preocupação denota-se muito elevada quando a possibilidade de vir a enfrentar a situação de desemprego é inquirida relativamente aos seus filhos. De facto, o nível de preocupação relativo à eventual perda de emprego dos filhos acentua-se entre os inquiridos com 55 e mais anos, indiciando que esta preocupação por parte dos pais acresce com o avanço da idade dos filhos no percurso de vida laboral, provavelmente prevendo a dificuldade acrescida que uma nova inserção profissional acarreta em idades mais avançadas.

Quadro 2.6. Grau de preocupação em relação aos filhos perderem o emprego. Total da população com filhos, por faixa etária (%)

<i>Faixa Etária</i>	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	18,1	10,3	16,3	12,8	7,8	10,0	11,0
Média preocupação (3)	0,0	3,2	4,5	11,1	6,0	9,7	8,0
Muita preocupação (4-5)	37,1	62,7	70,3	71,6	83,5	73,3	73,5
Não sabe	26,7	16,2	7,4	2,2	0,7	4,9	4,7
Não responde	18,1	7,6	1,5	2,2	2,0	2,1	2,8

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, em relação aos seus filhos perderem o seu emprego?” Escala de 1 a 5 onde ‘1’ significa que “não está nada preocupado e ‘5’ que está muito preocupado”.

A preocupação com possibilidade de perder o emprego no âmbito familiar não é partilhada apenas ao nível inter-geracional, com a projeção dessa preocupação de pais para filhos, mas também intra-geracionalmente, quando essa preocupação se observa alargada também à possibilidade do parceiro ou parceira conjugal ficar desempregado. Esta é uma preocupação que apresenta índices elevados de uma forma transversal a

todas as idades, com exceção dos inquiridos com 65 ou mais anos, efeito provável da condição maioritária cônjuges já inativos, em condição de reformado/a ou doméstica.

Quadro 2.7. Grau de preocupação em relação ao parceiro perder o emprego. Total da população casada ou em situação de conjugalidade, por escalão etário (%).

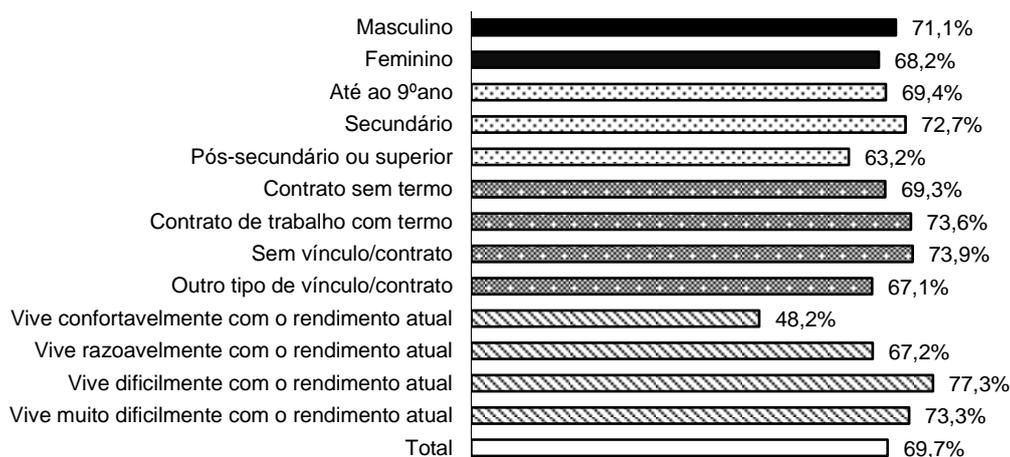
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Pouca preocupação (1-2)	12,0	12,9	14,7	16,1	13,8	38,6	15,5
Média preocupação (3)	11,1	15,3	10,1	9,8	6,8	4,2	10,3
Muita preocupação (4-5)	61,1	69,1	73,6	71,7	74,4	23,3	69,4
Não sabe	9,6	1,4	1,0	1,2	1,1	19,6	2,5
Não responde	6,3	1,4	0,5	1,2	3,9	14,3	2,3

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, em relação ao seu parceiro perder o seu emprego?” Escala de 1 a 5 onde ‘1’ significa que “não está nada preocupado e ‘5’ que está muito preocupado”.

Apesar de a preocupação com a possibilidade de vir a perder o próprio emprego se revelar um sentimento transversal e dominante na sociedade portuguesa, as condições socioeconómicas não deixam de condicionar a forma como os jovens empregados vivem essa ameaça: de facto, a eventual perda do próprio emprego é uma ameaça que tende a ser vivida com menor preocupação entre os jovens entre 15-34 anos que consideram viver confortavelmente com o rendimento atual do agregado familiar (entre estes “apenas” cerca de 48% declara índices de “muita preocupação” perante essa eventualidade, valores que ultrapassam os 70% entre os jovens que dizem viver com dificuldade ou muita dificuldade com o rendimento atual). A ameaça do desemprego tende ainda ser vivida um pouco mais despreocupadamente entre os jovens com níveis de escolaridade pós-secundários (63.2%), relativamente aos que têm o ensino secundário (72.7%) ou apenas o ensino básico (69.4%).

Fig 2.4. População jovem (15-34 anos) empregada que responde estar muito preocupado (4-5) com a possibilidade de perder o seu emprego (%)



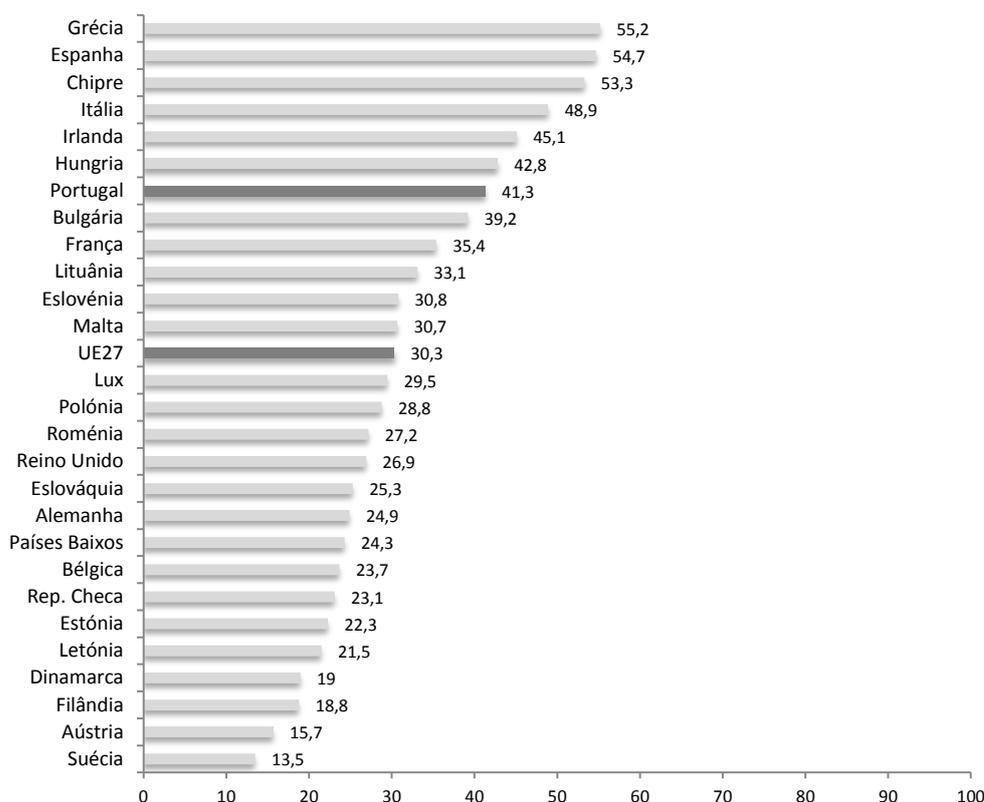
Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

De resto, é uma preocupação que se observa partilhada de forma muito equivalente entre jovens do sexo masculino e feminino, e independente do tipo de contrato de trabalho que se detêm: 69% dos jovens com contratos sem termo demonstram a sua preocupação com a possibilidade de perder o emprego, percentagem que aumenta apenas em cerca de 5% valores percentuais entre os jovens com contratos com termo ou sem qualquer vínculo laboral por conta de outrem. Dado que não deixa de indiciar a falta de crença nos vínculos laborais mais permanentes que existe entre os mais jovens.

2.2.1. A crença em encontrar um novo trabalho

Veja-se agora o cálculo de probabilidades subjetivas dos portugueses quanto à crença em, caso venham a ficar sem emprego, vir a encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Segundo dados do Eurobarómetro, em 2011 41.3% da população portuguesa calculava que, caso fosse despedido, seria “muito improvável” encontrar um trabalho nos próximos seis meses, 11 pontos percentuais acima da média europeia (30.3%). Bastante mais céticos que os portugueses nesta matéria, em 2011, eram os trabalhadores gregos, espanhóis e cipriotas, onde o ceticismo quanto a encontrar um novo emprego no prazo de seis meses era demonstrado por mais de metade da sua população ativa.

Fig 2.5. Crença na probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses. População total que declara que seria muito improvável (1-4), UE-27 (%).



Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011

Pergunta: "Se fosse despedido, como avaliaria, numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses?" (1 = muito improvável e 10 =muito provável?).

Uma vez mais, os dados do inquérito de 2015 mostram a intensificação de uma atitude de ceticismo nos últimos 4 anos em Portugal: atualmente, também mais de metade da população ativa empregada (52.9%) acredita ser muito improvável encontrar um novo emprego no espaço de seis meses, caso enfrentasse uma situação de desemprego.

No entanto, destaca-se que essa crença é significativamente mais atenuada entre os mais jovens: menos pessimistas, apenas 34.6% dos jovens entre 15-24 anos avaliam como sendo muito improvável achar um novo trabalho nos próximos seis meses. A crença nessa improbabilidade, contudo, acentua-se bastante à medida que a idade avança, sobretudo depois dos 45 anos de idade, onde ultrapassa os 60%. Estes resultados demonstram a existência do pressuposto de uma forte atitude etarista por parte dos empregadores em Portugal, ou seja, uma atitude de preconceito e discriminação com base na idade que prejudica as possibilidades de mobilidade laboral dos indivíduos à medida que a sua idade avança ao longo do curso de vida.

Quadro 2.8. Crença na probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Total da população empregada, por faixa etária (%).

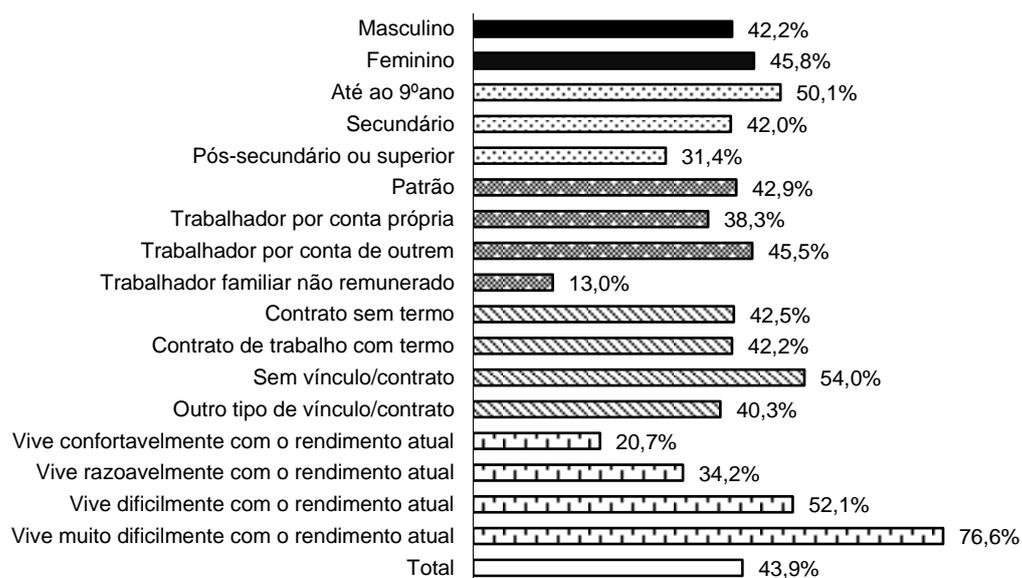
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Muito improvável (1-4)	34,6	46,5	44,9	64,4	66,4	100,0	52,9
Nem provável nem improvável (5-6)	28,6	27,4	28,8	17,3	17,9	0,0	23,8
Muito provável (7-10)	26,9	16,7	15,9	8,1	5,2	0,0	13,4
Não sabe	4,6	3,1	7,3	7,4	6,4	0,0	5,8
Não responde	5,3	6,3	3,1	2,8	4,0	0,0	4,1

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Se perdesse o seu trabalho, como avaliaria numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seus meses? ‘1’ significa que seria “muito improvável” e ‘10’ significaria “muito provável””.

Entre os mais jovens, por sua vez, a atitude de ceticismo perante a possibilidade de voltar a encontrar um emprego num curto espaço de tempo acentua-se significativamente em alguns perfis sociais específicos: trata-se de uma atitude que se denota substancialmente mais expressiva entre os jovens que vivem em condições de maior vulnerabilidade social, ou seja, entre aqueles que neste momento declaram viver muito dificilmente com o rendimento que o agregado auferre (76.6%), os que não têm qualquer vínculo ou contrato laboral (54%) e os jovens que têm escolaridade apenas até ao 9º ano (50.1%).

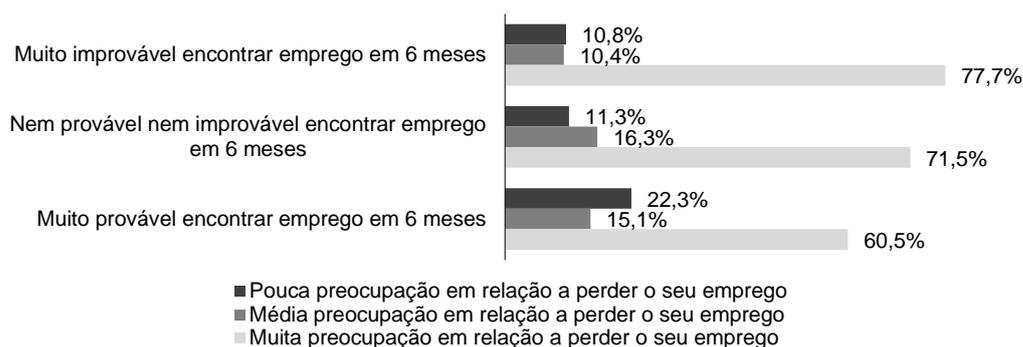
Fig 2.6. População jovem (15-34 anos) empregada que responde que se perdesse o seu trabalho seria muito improvável encontrar um novo trabalho no espaço de seis meses (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Por fim, é interessante observar como a preocupação com a potencial ameaça de uma situação de desemprego entre a população jovem empregada tem, em boa medida, o seu fundamento no cálculo subjetivo de probabilidades em encontrar um novo emprego rapidamente. De facto, mais de ¾ da população jovem que evidencia um elevado nível de preocupação com a possibilidade de poder vir a perder o seu emprego, encontra-se entre a que diz ser muito improvável encontrar um novo trabalho nos seis meses após ter sido dispensado. No entanto, mesmo entre os jovens mais otimistas com a probabilidade de vir encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo, o índice de preocupação com a possibilidade de vir a perder o emprego é muito elevado, evidenciado por 60.5% destes. Trata-se, efetivamente, de um sentimento dominante entre a população mais jovem.

Fig 2.7. População jovem empregada (15-34) pelo grau de preocupação em perder o seu emprego e crença na probabilidade de voltar a encontrar trabalho ao fim de seis meses caso fosse despedido (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

3. Empregabilidade e valores do trabalho

3.1. Perceções sobre o desemprego juvenil

Perante a relevância que o desemprego juvenil obteve nos anos mais recentes, e os juízos morais a que muitas vezes os jovens que estão nesta situação estão sujeitos na sua vida quotidiana, interessa apurar as perceções sociais coletivamente partilhadas sobre as atuais causas do desemprego juvenil. Tradicionalmente, do ponto de vista do senso comum, a situação de desemprego dos jovens era, frequentemente, percecionada como resultado da renúncia voluntária do trabalho, recaindo sobre o(s) jovem(s), acusado(s) de “não querer trabalhar”, um juízo moralizante que tendia a ser fundamentado numa ética do trabalho como dever.

Hoje em dia, no atual contexto de promoção da “empregabilidade” dos jovens, ou seja, de promoção da sua capacidade em se tornar “empregável”, o juízo moral tende a ser dirigido mais à sociedade e a algumas das suas instituições – nomeadamente a Escola e aos sistemas de formação profissional – e ao facto destas não promoverem, a montante e a jusante da sua ação, a articulação entre competências, qualificações e lugares no mercado de trabalho (Alves, 2007; Cardoso et. al. 2014). Neste contexto, a situação de desemprego juvenil tende a ser vista como resultante do facto de os jovens não se encontrarem preparados para os lugares de trabalho disponíveis, perceção fundamentada numa ética do trabalho como um direito e forma privilegiada de integração social. Por último, existem ainda argumentos que não se fundamentam nem em justificações de ordem individual, nem de ordem da “empregabilidade” do jovem, mas de ordem da própria estrutura de emprego e funcionamento do mercado de trabalho, orientando o ónus do desemprego juvenil no sentido do pressuposto da sua recente compressão.

Ora, longe dos argumentos individualistas de senso comum que argumentavam a “alergia ao trabalho” por parte dos jovens, ou até de muitas das teses que se constroem em torno da “empregabilidade” e da suposta falta de preparação que a escola dará em termos de competências a este nível, existe um largo consenso geracional na sociedade portuguesa em torno da perceção do desemprego juvenil como tendo causas de natureza estrutural, sobretudo associada ao fenómeno de compressão do mercado de trabalho. Com efeito, os portugueses tendem maioritariamente a reconhecer, independentemente

da geração a que pertencem, que “há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho” (perceção partilhada por cerca de 61% dos portugueses).

Quadro 3.1. Perceções sobre a principal causa do desemprego juvenil. Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Fatores estruturais							
Há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho	64,8	65,0	63,1	69,0	61,1	47,8	60,8
A escola não prepara para o mundo do trabalho	4,4	5,8	5,9	5,0	3,5	7,7	5,6
As empresas evitam empregar jovens	5,8	5,7	4,40	4,7	5,6	6,1	5,4
Fatores individuais							
Os jovens de hoje não querem trabalhar	8,2	7,2	10,7	8,2	12,6	10,6	9,7
Os jovens não querem aceitar trabalho mal pago	5,2	7,8	4,7	8,2	6,8	9,1	7,1
A maior parte dos empregos não são interessantes para os jovens	6,3	5,9	6,70	3,2	4,4	4,3	5,1
Não sabe	5,0	2,1	4,40	1,3	5,0	11,8	5,4
Não responde	0,3	0,4	0,0	0,4	1,0	2,5	0,9

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Apesar de os valores serem residuais, não deixa de ser interessante verificar como os fatores estruturais que passam pelo evitamento das empresas em empregar jovens (13.5%) e pela desadequação da preparação escolar em relação ao mundo do trabalho (9.9%) adquirem expressões mais altas entre os jovens com formação superior. Já os jovens menos escolarizados são os que mais tendem a identificar, ainda, o tradicional estereótipo de ociosidade entre os jovens como causa do desemprego juvenil, sendo cerca de 10% destes os que aderem à opinião de que a principal causa do desemprego juvenil está no facto de “os jovens de hoje não querem trabalhar”.

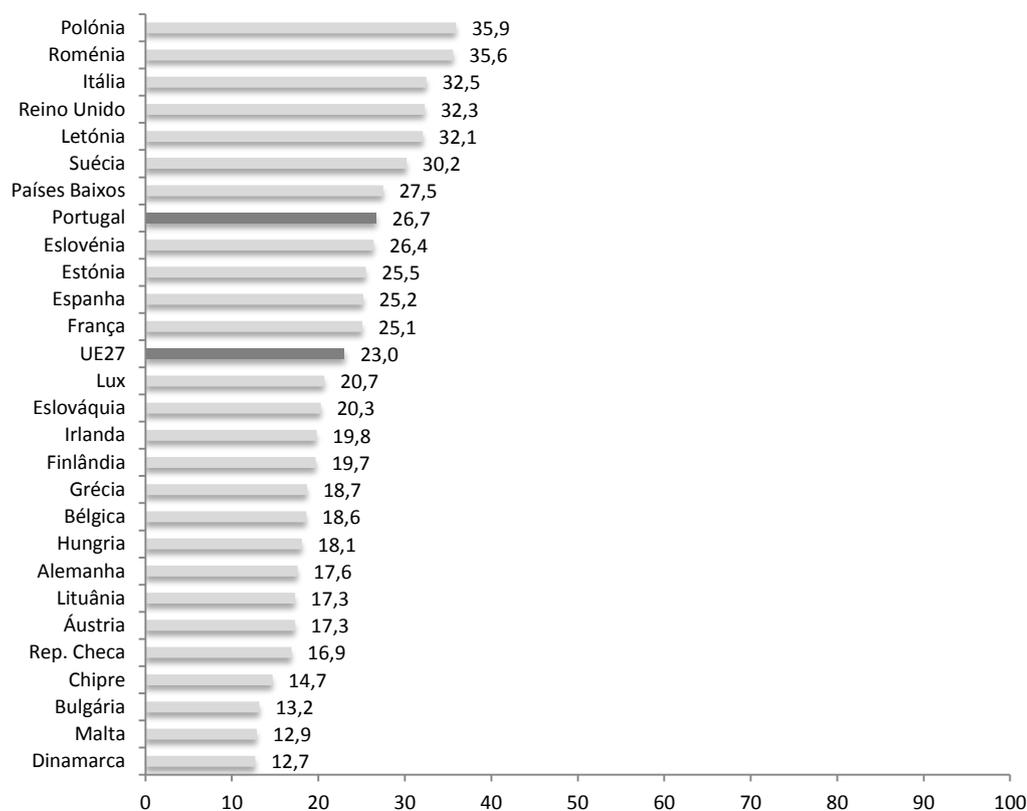
3.2. A predisposição ao empreendedorismo

Perante a hipótese de ficar sem emprego, averiguou-se a predisposição da população jovem portuguesa em iniciar o seu próprio negócio, considerando os apelos e apoios ao empreendedorismo que se fazem sentir atualmente na sociedade portuguesa, no sentido de promover a “empregabilidade” dos mais jovens. Apesar de Portugal, segundo dados do Eurobarómetro em 2011, revelar um índice de predisposição ao empreendedorismo um pouco mais elevado que a média da União Europeia (26.7% dos portugueses versus 23% dos europeus consideraria essa hipótese perante uma situação

de desemprego), esse índice não cresceu significativamente nos últimos anos, quando comparado com o que resulta dos dados do inquérito de 2015.

Com base nestes, apenas 28% da população empregada portuguesa consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio caso ficasse sem emprego, elevando-se um pouco a predisposição ao empreendedorismo perante uma eventual situação de desemprego entre os jovens adultos (25-34) e os adultos com idades compreendidas entre 35-44 anos (33% e 32%, respetivamente).

Fig 3.1. Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. População total que declara "sim, definitivamente" e "sim, provavelmente", UE27 (%).



Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011

Pergunta: "Consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio se ficasse sem emprego?"

Quadro 3.2. Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. Total da população empregada, por faixa etária (%).

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Sim	24,5	33,1	32,0	26,5	17,4	24,2	28,3
Não	62,8	47,9	53,2	59,8	71,1	75,8	56,9
Não sabe	12,1	15,7	14,8	13,6	8,9	0,0	13,6
Não responde	0,7	3,3	0,0	0,0	2,6	0,0	1,3

Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

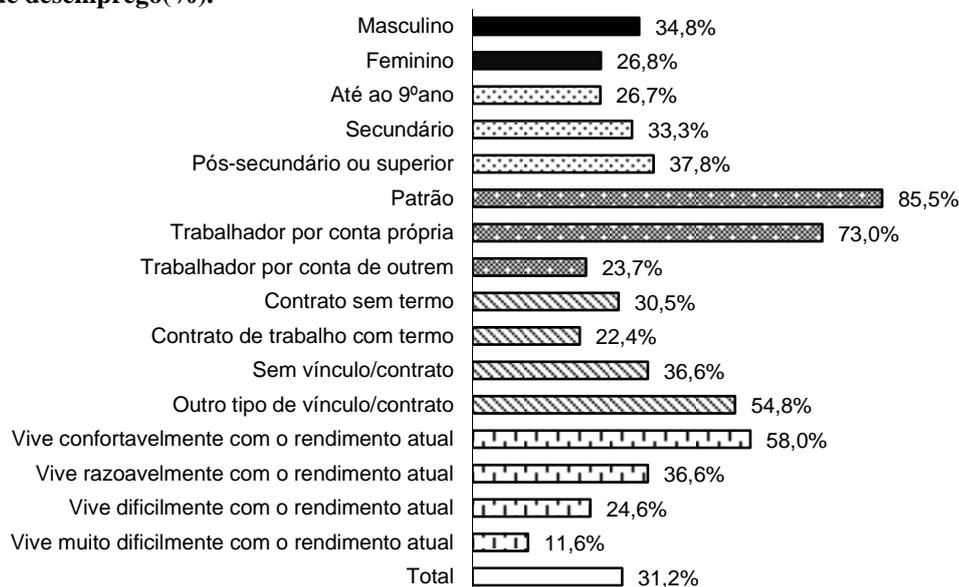
Pergunta: "Consideraria a hipótese de dar início ao seu próprio negócio se ficasse sem emprego?"

Nota: "sim" corresponde aos que responderam "sim, definitivamente" e "sim, provavelmente"; "não" corresponde aos que responderam "não, provavelmente" e "não, definitivamente".

A predisposição dos mais jovens ao empreendedorismo não se manifesta mais forte relativamente à população adulta. Apenas ¼ da população mais jovem empregada manifesta essa intenção, em caso de ficar desempregado. É de notar, todavia, a especificidade do perfil social dos jovens que mais expressam essa predisposição ao empreendedorismo, sendo muito claramente aqueles que já detêm alguma experiência empreendedora no seu percurso laboral, e que vivem em melhores condições socioeconómicas.

Com efeito, são os jovens (15-34 anos) que se declaram patrões e trabalhadores por conta própria os que mais colocam essa possibilidade (com índices de 85.5% e 73%, respetivamente). É ainda uma disposição mais significativa entre os jovens que afirmam viver confortavelmente com o rendimento atual (58%), bem como entre os jovens com formas mais atípicas de contrato/vínculo laboral (54.8%). Ainda que com diferenças menos expressivas, a predisposição ao empreendedorismo verifica-se um pouco mais acentuada entre os jovens com escolaridade pós-secundária (37.8%) relativamente aos jovens com escolaridades mais baixas, bem como entre os jovens do sexo masculino (34.8%) relativamente aos do sexo feminino (26.8%).

Fig 3.2. População jovem (15-34) empregada com predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego(%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

3.2. Valores do trabalho

O panorama atrás traçado indicia uma forte valorização do trabalho na vida quotidiana entre a população jovem, considerando a preocupação que demonstram relativamente à sua atual escassez e a intensa atividade que desenvolvem em situação de desemprego. Cabe agora descobrir a importância relativa que adquirem determinadas dimensões do trabalho, num contexto de forte orientação para a responsabilização do indivíduo em termos da sua capacidade de “empregabilidade”, ou seja, de se tornar empregável. Tenderão a ser mais valorizados os aspetos mais intrínsecos à atividade laboral, ou seja, os próprios conteúdos das tarefas e o valor que estes têm para o indivíduo enquanto expressão de si próprio, ou os seus aspetos mais extrínsecos ou instrumentais, relativos ao que o trabalho permite aceder?

No cômputo geral, os dados do inquérito 2015 não expressam clivagens geracionais significativas no que respeita aos aspetos mais valorizados no trabalho. O aspeto mais valorizado com relação ao trabalho é, transversalmente, a sua “estabilidade e a segurança”, sendo 85.4% a percentagem de população portuguesa conferir-lhe muita importância. Com valores próximos estão também aspetos como “ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar” do trabalhador, “ter uma boa relação com colegas e superiores” e “ter um bom salário”. Ou seja, está-se nitidamente perante uma valorização do trabalho mais pelos seus aspetos extrínsecos e instrumentais. Aspetos de ordem intrínseca e expressiva, como o “desempenho de funções adequadas à formação que se tem”, a “aquisição de novos conhecimentos”, a “autonomia e iniciativa” ou a “criatividade” no desempenho das tarefas, acabam por surgir em segundo plano, relativamente às anteriores. Aspetos como o “prestígio social” adquirido por meio do que se faz, ou ter “flexibilidade de horário” no que se faz, são os aspetos transversalmente menos valorizados.

Quadro 3.3 Valorização de diferentes aspetos do trabalho. Total da população que responde “muito importante”, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Valores extrínsecos / instrumentais							
Ter estabilidade e segurança	83,7	85,4	87,0	88,2	84,0	83,7	85,4
Ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar	77,0	78,2	87,9	82,9	78,1	79,5	80,8
Ter uma boa relação com colegas e superiores	80,7	82,6	78,6	81,0	81,3	78,5	80,3
Ter um bom salário	78,5	78,5	77,0	84,0	78,1	77,9	79,0
Ter oportunidade de progressão na carreira	77,0	73,7	69,4	73,6	71,5	68,5	71,8
Ter um trabalho com prestígio social	53,1	48,6	51,0	57,9	51,8	46,2	51,1
Ter flexibilidade de horário	52,0	47,8	51,6	53,3	49,1	46,7	49,9
Valores intrínsecos / expressivos							
Desempenhar funções adequadas à formação que se tem	70,9	70,5	70,7	73,2	69,7	71,1	71,0
Ter um trabalho que permita adquirir novos conhecimentos	70,9	70,5	70,7	73,2	69,7	71,1	71,0
Ter autonomia e iniciativa na execução do trabalho	69,9	66,0	63,9	65,1	59,0	62,6	64,2
Ter um trabalho com utilidade social e de ajuda ao próximo	62,3	58,3	62,0	65,2	59,7	56,3	60,4
Desempenhar tarefas criativas	61,7	60,5	59,9	61,9	58,9	53,3	58,9

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Tendo em conta o grau de importância que atribui a diferentes aspetos do trabalho, por favor, diga-me sobre cada uma das seguintes dimensões, se a considera ‘nada importante’, ‘pouco importante’, ‘bastante importante’ ou ‘muito importante’”.

Quando os inquiridos são chamados pronunciar-se sobre os aspetos que mais valorizam no trabalho, optando entre a “estabilidade”, a “realização” e o “rendimento” de forma mutuamente exclusiva, as clivagens entre valores de natureza instrumental e expressiva do trabalho tornam-se mais explícitas. Apesar de a “estabilidade” continuar a ser o valor dominante – quer entre a população em geral com 55.1% do total das escolhas dos portugueses, quer entre os grupos etários mais jovens, com valores que oscilam entre os 47% e os 49% – verifica-se, porém, que esta dimensão do trabalho obtém uma menor valorização entre os jovens até aos 34 anos relativamente aos restantes grupos etários. As “possibilidades de realização” que o trabalho oferece tende a ser, por sua vez, um aspeto mais valorizado entre as faixas etárias mais jovens, por comparação aos inquiridos depois dos 35 anos. “Ganhar muito dinheiro” acaba por deter um valor consideravelmente mais baixo que os restantes, independentemente da idade dos inquiridos.

Quadro 3.4. Significados de “ter um bom trabalho”. Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter estabilidade no emprego	46,9	49,3	58,9	58,1	57,1	57,2	55,1
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter possibilidades de realização	38,3	40,1	31,5	28,2	31,3	25,5	31,8
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ganhar muito dinheiro	12,9	10,2	9,6	12,8	10,1	11,8	11,2
Não sabe	1,5	0,0	0,0	0,4	1,0	4,5	1,4
Não responde	0,5	0,4	0,0	0,5	0,5	1,0	0,5

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Das seguintes afirmações relativas ao trabalho e ao emprego seleccione aquela com a qual se identifica mais: (1 opção)”.

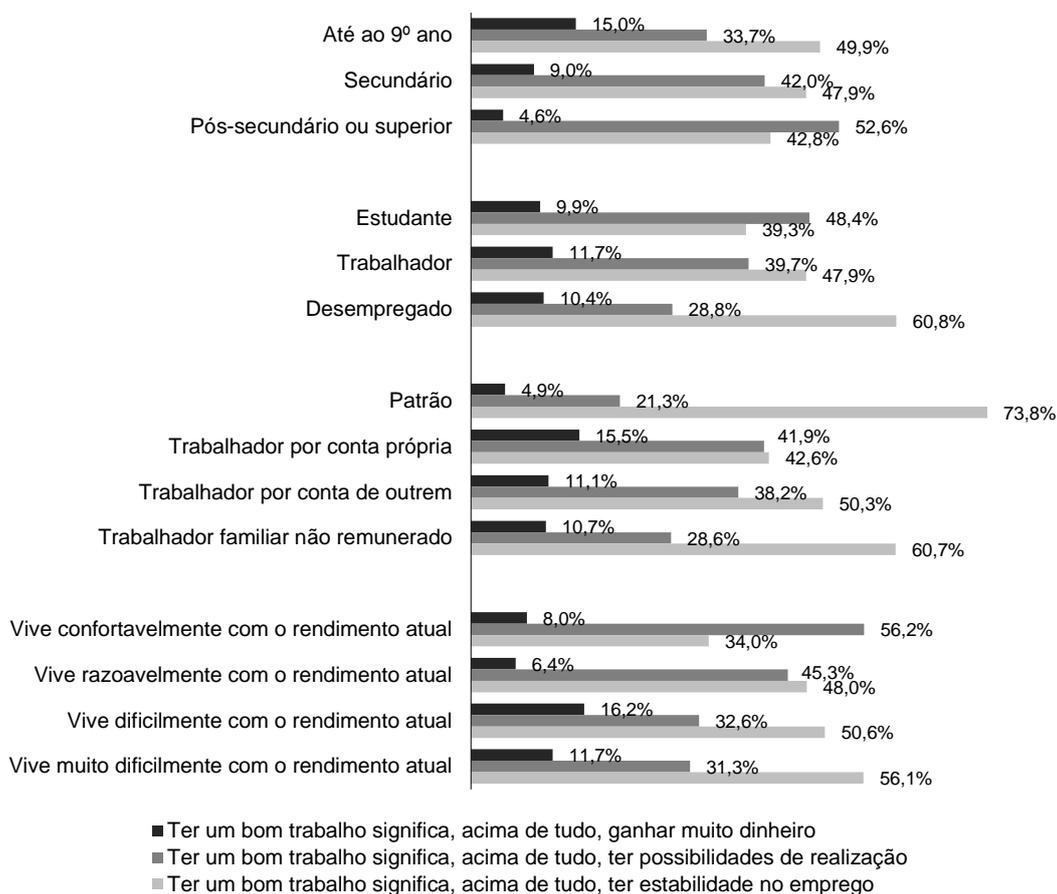
Considerando a especificidade da população jovem (15-34 anos), a valorização dessas dimensões do trabalho adquire, todavia, importâncias diferenciadas consoante as condições sociais dos jovens: o valor atribuído às “possibilidades de realização pessoal” através do trabalho tende a salientar-se entre os jovens em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas, ou seja, jovens com escolaridade pós-secundária e superior (52.6%) e que declaram “viver confortavelmente com o rendimento atual do agregado familiar” (56.2%). Os jovens que ainda estudam tendem também a valorizar mais esta dimensão do trabalho (48.4%) relativamente aos jovens já ativos no mercado de trabalho, quer empregados (39.7%) quer desempregados (28.8%), sendo estes últimos os que menos valorizam as “possibilidade de realização” pessoal através do trabalho.

Já a “estabilidade” laboral tende a ser um valor muito valorizado, curiosamente, entre os jovens patrões (73.8%) – que estarão decerto a pensar na estabilidade do seu negócio, mais do que na estabilidade dos vínculos dos seus eventuais trabalhadores – e os “trabalhadores familiares não remunerados” (60.7%), estes últimos provavelmente dependentes da estabilidade do negócio familiar de que dependem. Na falta desta, a “estabilidade” no emprego acaba também por ser um aspeto que adquire muita relevância entre os jovens desempregados (60.8%). Obtém ainda um valor simbólico acrescido entre os jovens com escolaridades ao nível do ensino básico (49.9%) e secundário (42%).

Sendo o aspeto menos valorizado no trabalho, o “rendimento” que se obtém adquire maior expressão entre os jovens inquiridos em condições atípicas de trabalho (38.9% dos jovens em “outras situações” perante o trabalho valorizam o aspeto económico do trabalho), bem como entre os jovens em condições socioeconómicas mais

desfavorecidas – nomeadamente entre os que não têm qualquer tipo de vínculo ou contrato de trabalho (20.5%), aqueles que afirmam “viver dificilmente com o rendimento atual do agregado familiar” (16.2%), os que “trabalham por conta própria” (15.5%) e os jovens que têm escolaridades apenas até ao 9º ano (15%).

Fig 3.3. População jovem (15-34) segundo os significados de “ter um bom trabalho” (%).

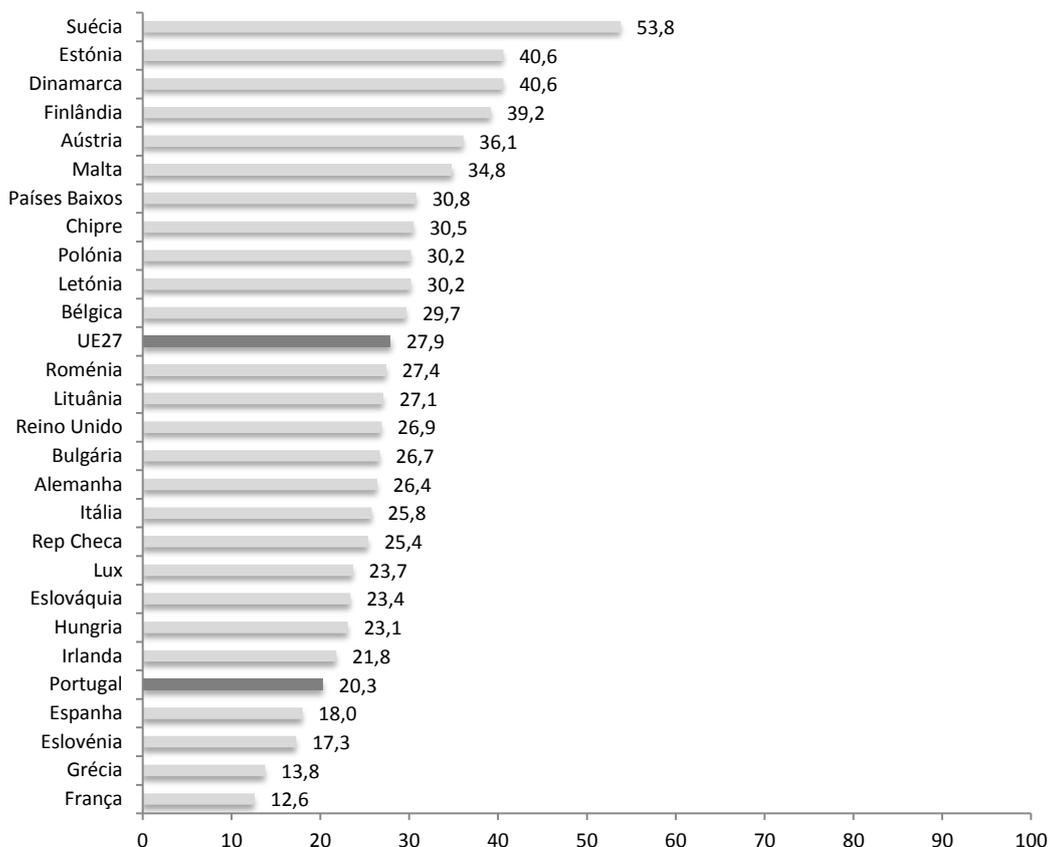


Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

3.4. Perspetivas perante o futuro

Considerando o cenário traçado, não surpreende que, em termos de cenário futuro, os portugueses não creiam que a situação de crise e as suas consequências na estrutura do mercado de trabalho se vá transformar tão depressa. Quando questionados “até que ponto concorda com a afirmação de que “daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”, os portugueses estavam, em 2011, entre os europeus mais pessimistas: apenas 20.3% tendia a concordar (total ou parcialmente) com essa afirmação, proporção apenas mais diminuta entre a Espanha, Eslovénia, Grécia e França.

Fig 3.4. Perspetiva perante o futuro próximo: "Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje". População total que responde "concordo totalmente" e "concordo parcialmente", UE27 (%).



Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011

Pergunta: "Até que ponto concorda ou discorda com a seguinte informação: Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje".

Volvidos quatro anos, continuam a ser apenas 21.6% os portugueses que tendem a acreditar que a situação de crise e escassez de emprego virá a resolver-se num futuro próximo. A percentagem não varia significativamente com a idade dos inquiridos, ainda que se verifique um otimismo mais acentuado entre os jovens que vivem em agregados familiares com rendimentos que lhes permitem viver confortavelmente (entre os quais 38.9% tende a concordar total ou parcialmente com a afirmação), e entre os jovens com escolaridade superior (30.4% dos quais tende a concordar total ou parcialmente com a afirmação).

Quadro 3.5. Perspetiva perante o futuro próximo: “Daqui a dois anos, a crise terá terminado e a situação do emprego em Portugal será melhor do que hoje”. Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Concordo	22,9	24,3	26,2	21,7	18,8	16,9	21,6
Discordo	60,8	66,5	66,2	69,6	72,7	65,5	66,9
Não sabe	16,1	8,8	7,5	8,7	8,4	17,2	11,3
Não responde	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: "Até que ponto concorda ou discorda com a seguinte informação: Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje". “Concordo” corresponde aos que responderam “concordo totalmente” e “tendo a concordar”; “Discordo” corresponde aos que responderam “tendo a discordar” e “discordo totalmente”.

4. Mobilidade estudantil e laboral

O tema da mobilidade estudantil e laboral é central num país como Portugal, que tem um historial migratório complexo, com múltiplas vagas emigratórias, movimento de retorno de emigrantes e aumento (e diminuição) da taxa de imigração, experiências que marcaram as vidas de várias gerações de jovens em Portugal e de jovens portugueses no estrangeiro. O tema ganhou nova relevância com a crise económica, o aumento das taxas de desemprego e o conseqüente aumento da emigração a partir de 2009 (Peixoto, 2013). A questão da emigração jovem, em particular, tornou-se tema político e tem sido muito marcada pela visibilidade da emigração jovem qualificada, ainda que a maioria dos fluxos migratórios continuem a ser compostos maioritariamente por indivíduos mediantemente ou pouco qualificados (Peixoto, 2013; Lopes, 2014).

Se as migrações sempre fizeram parte da realidade dos portugueses, ao longo das últimas décadas assistimos a novos fluxos de mobilidade, não só laborais, mas também de natureza formativa e lúdica, consequência, entre outras, do aumento do número de licenciados no país, da criação de programas de mobilidade estudantil como o programa *Erasmus*, e da maior democratização das deslocações internacionais, nomeadamente através da proliferação das viagens de avião *low-cost*.

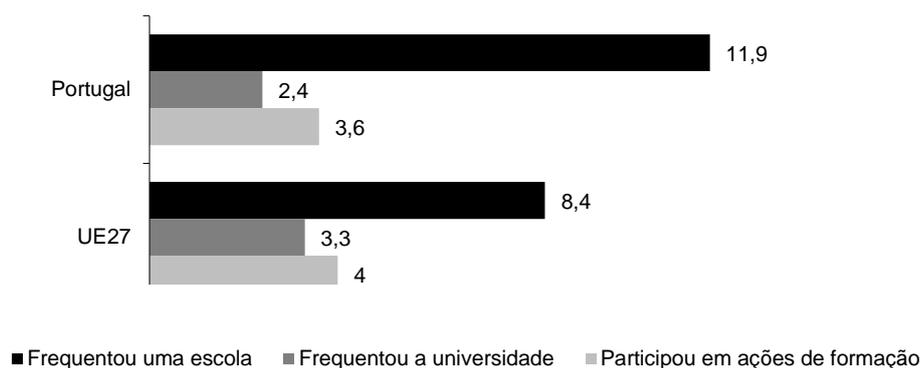
Interessa nesse sentido perceber como estas experiências marcaram e marcam atualmente a vida dos Portugueses e qual a experiência e a atitude dos jovens em relação à mobilidade laboral e estudantil, num contexto que não é só marcado pela crise, mas também por fluxos de mobilidade e realidades migratórias mais dinâmicas, em que as temporalidades, as modalidades de inserção e os destinos são cada vez mais diversificados.

4.1. A mobilidade internacional

4.1.1. As experiências formativas no estrangeiro

Segundo os dados do Eurobarómetro, em 2009, comparativamente com a média da população da União Europeia, Portugal tinha uma percentagem mais elevada de indivíduos que tinham frequentado alguma vez a escola num outro país da UE (11,9%, vs. 8,9% na UE), mas uma percentagem menos elevada de indivíduos declaravam ter frequentado a universidade (2,4%, vs. 3,3% na UE) ou ações de formação na UE (3,6% vs. 4%).

Fig 4.1. Experiências formativas noutro país da União Europeia. Total da população em Portugal e na União Europeia 27 (resposta múltipla) (%).



Fonte: Eurobarómetro 72.5 novembro-dezembro 2009

Pergunta: "Alguma vez frequentou a escola, estudou ou participou em algum tipo de ações de formação noutro país da União Europeia por um período superior a dois meses?".

Nos dados apurados em 2015 11,9% dos inquiridos indicam já ter frequentado uma escola na União Europeia, 0,9% indicaram ter frequentado a universidade num país da União Europeia e 3,4% indica ter frequentado ações de formação na UE.

Ao analisar por escalões etários, verifica-se que a frequência da escola num outro país da UE é transversal a toda a população, apresentando valores acima dos 10% para todos os escalões etários. Estes valores estarão, provavelmente, relacionados com históricos de emigração para a Europa que são transversais a várias gerações e que marcaram o percurso formativo de emigrantes e filhos de emigrantes atualmente a viver no país.

Já a experiência de estudar numa universidade de um país da União Europeia, apresenta assimetrias consideráveis entre os vários escalões etários. De facto, nos respondentes nos escalões etários acima dos 55 anos nenhum declarou ter frequentado o ensino universitário na UE e nos escalões entre 35 e 54 anos, esses valores não chegam ao 1% (0,4% para o escalão 35/44 e 0,9% para o escalão 45/54). As experiências no ensino superior da UE são portanto transversalmente baixas, o que reflete também as baixas taxas de escolarização a nível superior em Portugal, mas têm maior incidência entre os escalões jovens, nomeadamente no escalão dos jovens adultos (2,5%), o que demonstra uma maior propensão para a mobilidade das novas gerações mais escolarizadas. De facto, se tivermos em conta apenas os jovens dos 15 aos 34 anos com ensino pós-secundário ou superior, constata-se que 12,9% declara ter estudado numa universidade da UE por um período superior 2 meses.

A experiência de frequência de ações de formação (por exemplo, língua, profissional, estágio) apresenta valores em tornos dos 3.5%. Nos jovens esse valor é mais elevado entre os jovens adultos, que têm uma maior inserção no mercado de trabalho (4,4%), baixando para 2,6% juntos dos jovens entre os 15 e os 24 (escalão composto maioritariamente por estudantes).

Quadro 4.1. Experiências formativas num país da União Europeia que não Portugal. Total da população, por faixa etária (resposta múltipla) (%).

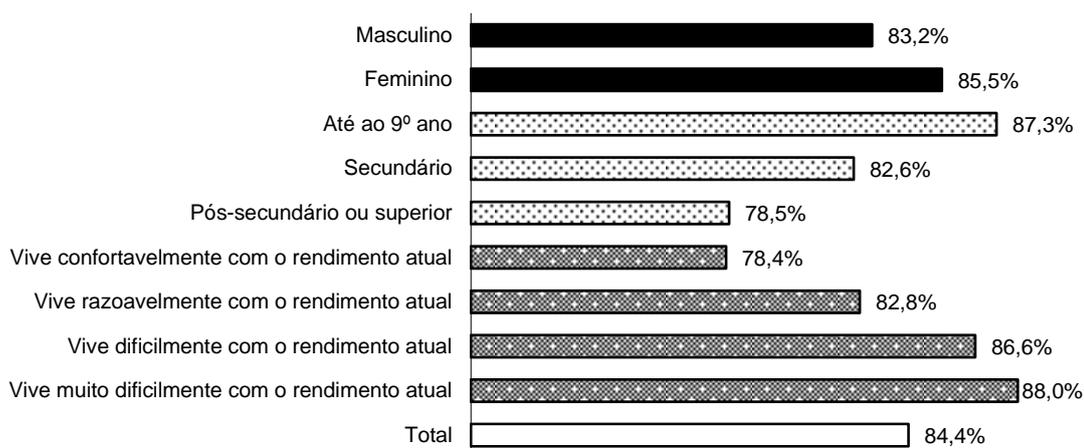
<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Frequentou uma escola	11,8	11,9	13,2	12,3	10,8	11,2	11,9
Frequentou a universidade	1,9	2,5	0,4	0,9	0,0	0,0	0,9
Participou em ações de formação	2,6	4,4	4,7	4,1	3,0	1,9	3,4

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Alguma vez frequentou a escola, estudou na universidade ou participou em algum tipo de ações de formação (por exemplo, língua, profissional, estágio) noutra país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses?”

A não mobilidade - ou seja, indivíduos que declaram nunca ter frequentado a escola, universidade ou ações de formação no estrangeiro - entre os mais jovens (15-34) é de 84,4%, mas esses valores tendem a variar se tivermos em conta algumas variáveis sociográficas. Entre os jovens que têm graus de ensino até ao 9º ano, 87,3% nunca estudou ou frequentou ações de formação no estrangeiro, enquanto esse valor baixa para 78,5% entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior. A variável de rendimento subjetivo tem também algum peso na experiência de mobilidade dos jovens portugueses, 88% dos jovens que declaram viver muito dificilmente com o seu rendimento nunca estudou no estrangeiro por mais de dois meses, valor que desce para 78,4% no caso dos jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento.

Fig 4.2. População jovem (15-34) que nunca frequentou nem a escola, nem a universidade, nem ações de formação noutra país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

4.1.2. As deslocações lúdicas ao estrangeiro

No que respeita à experiência de mobilidade para o estrangeiro em período de férias, 64,8% dos respondentes indicam nunca ter viajado para o estrangeiro na sua vida. Os dados permitem-nos perceber que a experiência de viajar para fora do país em férias está a tornar-se cada vez mais comum entre as novas gerações. De facto, os jovens adultos são os que mais indicam ter viajado para fora (45,7%), com valores bastante superior aos dos escalões etários superiores, em particular os indivíduos dos escalões entre 55 e 64 e de 65 ou mais anos (com valores abaixo dos 30%). Os jovens entre 15 e 24 anos, um escalão composto maioritariamente por estudantes e jovens ainda não autonomizados economicamente, apresentam também valores elevados, perto dos 40%.

Quadro 4.2. Deslocações ao estrangeiro de férias. Total da população, por faixa etária (%).

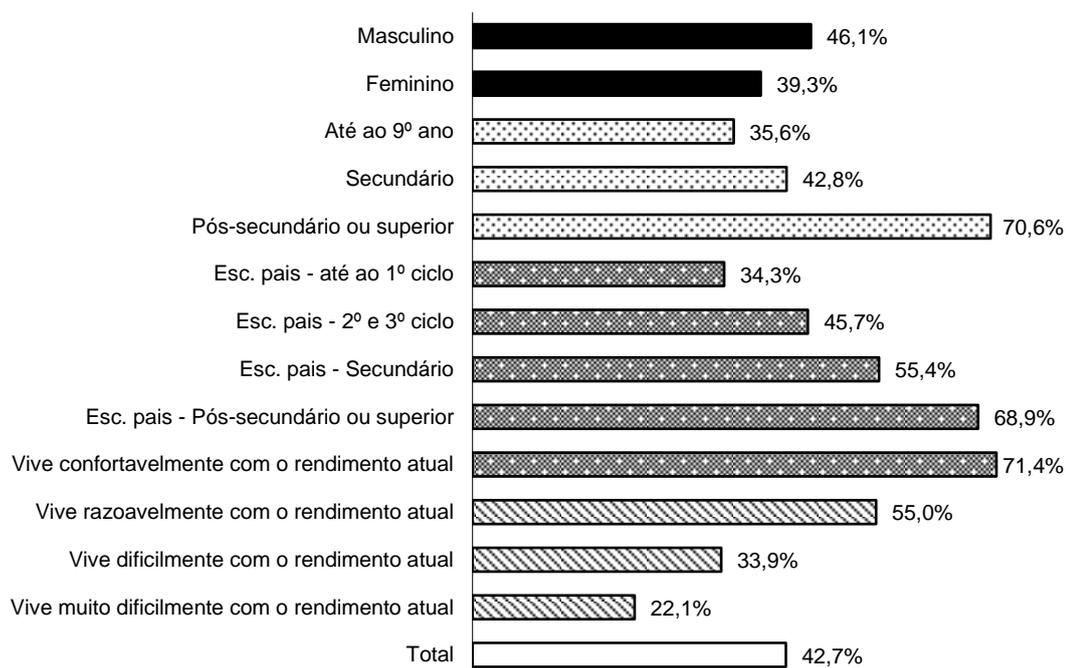
Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Nunca viajou para o estrangeiro de férias	60,6	53,3	59,8	64,9	70,8	75,0	64,8
Já viajou pelo menos uma vez para o estrangeiro de férias	38,9	45,7	39,0	34,6	29,2	23,5	34,4
Não sabe	0,3	0,2	0,8	0,5	0,0	0,5	0,4
Não responde	0,2	0,8	0,4	0,0	0,0	1,1	0,5

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Em relação aos indivíduos entre os 15 e os 34 anos, verifica-se que a experiência de férias no estrangeiro, apesar de ser relativamente comum, está diretamente associada às condições culturais e socioeconómicas dos jovens. De facto, uma grande maioria dos

jovens que vive confortavelmente com o seu rendimento atual (71,4%), que tem escolaridade de nível pós-secundário ou secundário (70,6%) e cuja escolaridade dos pais é de nível pós-secundário ou superior (68,9%) já tiveram a experiência de viajar para o estrangeiro pelo menos uma vez na vida. Essa realidade é contraposta à dos jovens que vivem com muitas dificuldade financeiras (apenas 22,1% dos jovens nesta situação já foram ao estrangeiro de férias), jovens cujos pais têm até ao primeiro ciclo de escolaridade (34,3%) e jovens com nível de escolaridade até ao 9º ano (35,6%).

Fig 4.2. População jovem (15-34) que viajou para o estrangeiro de férias pelo menos uma vez (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

4.1.3. As experiências laborais no estrangeiro

No que respeita à experiência de trabalho no estrangeiro, verifica-se que com a exceção do escalão mais jovem (15-24), composto maioritariamente por jovens com pouca ou nenhuma experiência laboral, nos restantes escalões 10% ou mais dos indivíduos declara já ter tido essa experiência. Esse valor é acentuado sobretudo em indivíduos entre os 35 e os 54 anos (19,20% para o escalão 35/44 e 15,70% no escalão 45/53), diminuindo junto dos grupo etários mais velhos. 11% dos jovens adultos entre 25 e 34 anos declara já ter tido essa experiência.

Quadro 4.3. Experiência laboral no estrangeiro. Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>
Sim	3,7	11,0	19,2	15,7	10,8	11,4
Não	96,3	88,0	80,4	83,9	89,2	88,1
Não sabe	0,0	0,6	0,4	0,4	0,0	0,5
Não responde	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

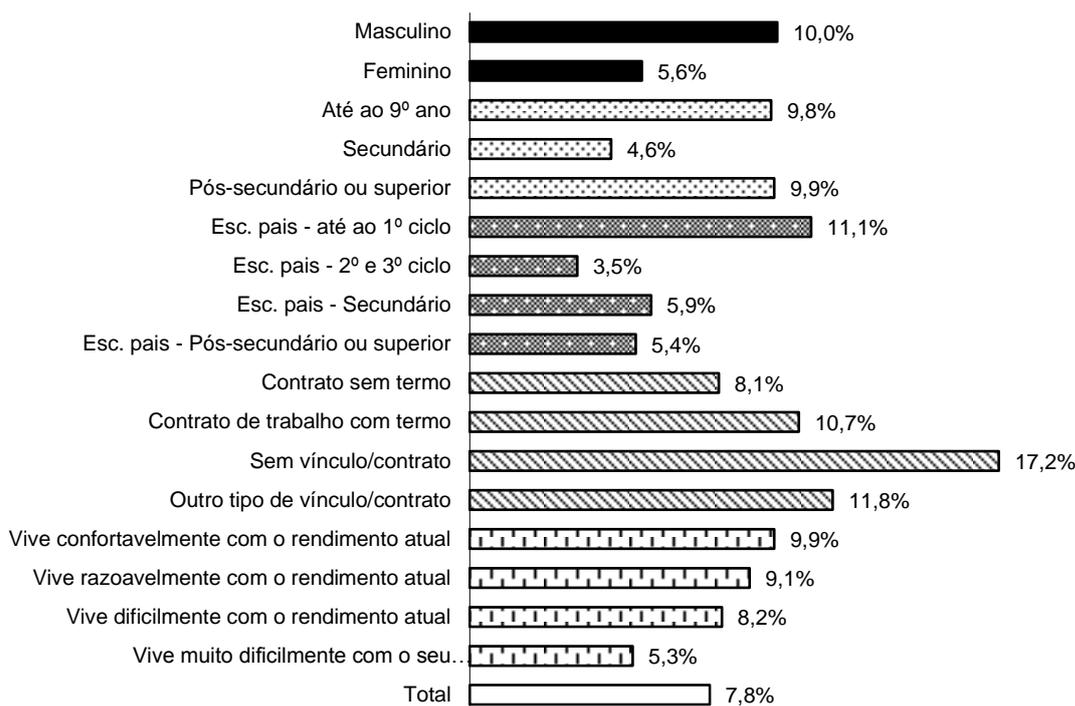
Pergunta: “Alguma vez trabalhou no estrangeiro? (última experiência de trabalho no estrangeiro e não de uma viagem de lazer ou de negócios)”

A experiência de trabalho no estrangeiro apresenta variações dentro da população entre 15 e 34 anos. De facto, verifica-se que é uma experiência vivenciada mais por homens do que por mulheres (10% e 5,6% respetivamente). Em termos do tipo de contrato de trabalho, verifica-se que a estabilidade do contrato tem influência sobre a experiência de ter trabalhado (ou não) no estrangeiro. São, de facto, os trabalhadores com contratos sem termo quem menos declaram ter trabalhado noutra país (8,1%), seguidos dos jovens trabalhadores com contrato com termo (10,7%) ou com outro tipo de vínculo/contrato (11,8%). Os jovens trabalhadores que mais experiência laboral têm no estrangeiro são os que não têm vínculo ou contrato (17,2%).

No que se refere ao capital económico e escolar, se no primeiro caso esse tem uma relação direta com a experiência laboral no estrangeiro (quanto mais as dificuldades económicas atuais menos experiência laboral no estrangeiro), no segundo caso isso não se verifica. De facto os jovens com maior escolarização (pós-secundário ou superior) têm praticamente a mesma experiência de trabalho no estrangeiro do que os jovens com escolaridade até ao 9º ano (9,9% e 9,8%, respetivamente). Os jovens com escolaridade até ao 9º já apresentam valores menos elevados (4,6%).

Estes valores vêm demonstrar que a experiência laboral no estrangeiro por parte de indivíduos atualmente a viver em Portugal foi vivenciada sobretudo pelos jovens mais qualificados e pelos menos qualificados. A questão da baixa qualificação dos trabalhadores com experiência de trabalho no exterior não se reflete só a nível da escolaridade dos jovens, mas também na dos seus pais. 11,1% dos jovens cujos pais completaram até ao 1º ano de escolaridade já tinham tido experiências de trabalho no estrangeiro, enquanto esses valores situavam-se em torno dos 6% para os jovens com pais que completaram o secundário ou um nível de escolaridade pós secundário ou superior (5,9% e 5,4%, respetivamente).

Fig 4.3. População jovem (15-34) que já trabalhou no estrangeiro (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

4.2. As características das experiências de laborais no estrangeiro

A duração da experiência de trabalho no estrangeiro foi diversificada para os diferentes grupos etários. Como seria de esperar, sobretudo porque nos estamos a referir a indivíduos que trabalharam no estrangeiro mas que entretanto regressaram a Portugal, a duração da experiência laboral dos mais jovens foi mais curta, sendo que para 62,5% dos jovens entre 15 e 24 anos e 49,7% dos jovens entre 25 e 34 anos a estadia não durou mais do que um ano. Ainda assim, cerca de 40% (37,5% dos jovens e 38,3% dos jovens adultos) declara ter feito experiências laborais no estrangeiro mais longas (um ano a menos de 5 anos). As situações de emigração mais prolongadas, de 5 anos ou mais, são mais comuns entre os escalões mais velhos, sobretudo entre os indivíduos acima dos 55 anos, muito possivelmente indivíduos que estiveram emigrados e que voltaram para Portugal depois da reforma. Se entre os mais jovens (15-24) não existem experiências tão prolongadas, já 12,15% dos jovens adultos que trabalharam no estrangeiro declaram tê-lo feito durante pelo menos 5 anos.

Quadro 4.4. Duração da experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Menos de 1 ano	62,5	49,7	23,3	23,3	9,6	7,7	23,4
De 1 ano a menos de 5 anos	37,5	38,3	41,4	38,1	23,5	16,7	32,7
5 ou mais anos	0,0	12,1	35,3	38,6	66,9	75,7	43,9

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Qual foi a duração da estadia da última vez que trabalhou no estrangeiro? (última experiência de trabalho no estrangeiro e não de uma viagem de lazer ou de negócios)”.

Em termos de tipo de trabalho levado a cabo na sua experiência laboral fora de Portugal por parte dos inquiridos, verifica-se que os mais novos têm menos experiência de trabalho permanente (29,3%, quando para os restantes grupos etários os valores estão sempre acima dos 45%), mas mais experiência de trabalho sazonal (51,2%, quando para os restantes grupos etários os valores estão sempre abaixo dos 31%). Essa maior prevalência do trabalho sazonal junto dos mais novos pode indicar não só uma especificidade do tipo de trabalho que os jovens procuram e/ou encontram no estrangeiro, como também o facto de os indivíduos mais velhos reportarem a sua mais recente experiência de trabalho no estrangeiro, nomeadamente de tipo permanente, tornando por isso invisíveis outras experiências anteriores de carácter mais temporário. De notar também que cerca 7,5% dos jovens e jovens adultos que trabalharam no estrangeiro declara que a sua experiência laboral foi um estágio.

Quadro 4.5. Tipo de experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%).

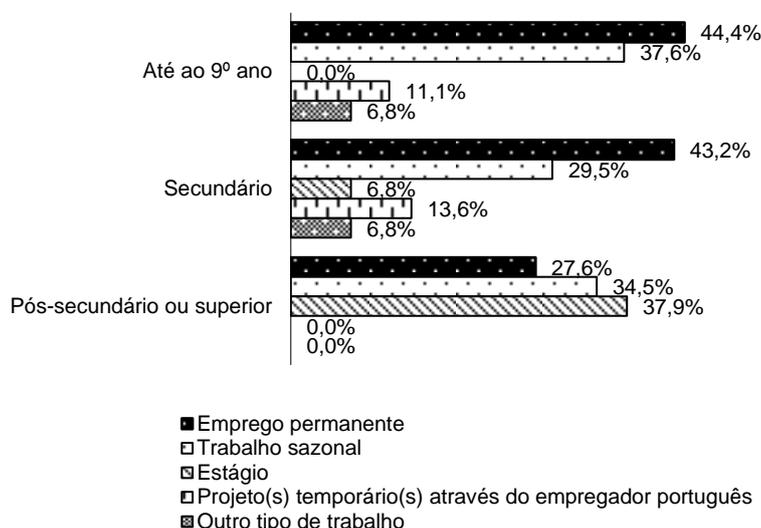
<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Emprego permanente	29,3	45,6	67,0	49,8	72,1	88,7	64,1
Trabalho sazonal	51,2	30,9	26,8	29,1	27,9	7,7	25,0
Estágio	7,3	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Projeto(s) temporário(s) no estrangeiro através do seu empregador português	4,9	10,7	2,1	17,9	0,0	3,6	6,8
Outro tipo de trabalho (ex. trabalho de empreitada)	7,3%	5,4%	4,1%	3,1%	0,0%	0,0%	2,8%

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Ao cruzar o tipo de trabalho levado a cabo no estrangeiro por parte da população jovem que teve essa experiência, com o seu nível de escolaridade, verifica-se que entre os jovens com menos escolaridade houve uma maior proporção de emprego permanente

no estrangeiro (44,4%), em relação aos que completaram o ensino pós-secundário ou superior (27,6%). O trabalho sazonal foi experienciado por jovens de todos os níveis de escolaridade, representando 37,6% da experiência laboral no estrangeiro dos jovens que têm até o 9º ano de escolaridade. Os estágios, por sua vez, estão mais associados a graus de escolaridade mais elevados, representando 34,5% da experiência laboral no estrangeiro dos jovens com ensino pós-secundário ou superior e 6,8% da experiência laboral dos jovens com o secundário. Nenhum dos jovens com escolaridades mais baixas declarou ter feito estágios no estrangeiro.

Fig 4.4. População jovem (15-34) que trabalhou no estrangeiro, por tipo de experiência laboral e grau de escolaridade (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

4.3. A predisposição para a mobilidade laboral internacional

Independentemente de já terem tido, ou não, experiência formativa ou laboral no estrangeiro, quando questionados sobre a eventual hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro, verifica-se que são os mais jovens que mais respondem afirmativamente. Mais de metade dos jovens entre 15 e 24 anos (53,1%) declara considerar essa hipótese, valor que se situa em torno aos 49% para os jovens adultos. Apesar de apresentarem valores mais baixos, mesmo entre os escalões etários mais elevados, a hipótese de uma experiência laboral no estrangeiro é uma realidade para uma parte considerável da população, sendo de 35,3% para os indivíduos entre 35 e 44 anos e de 21,5% para os que têm entre 45 e 54 anos. Apenas a partir dos 55 é que a ideia de vir a trabalhar fora

de Portugal passa a ser muito minoritária, sendo de apenas 4,9% entre os que têm entre 55 e 64 anos e quase inexistente entre os que têm mais de 65 anos.

De notar também que entre os jovens (15-24), não só a percentagem dos que respondem “sim” à pergunta é elevada, como a proporção de indivíduos que responde não considerar essa hipótese é particularmente baixa (29,3%), comparativamente com os outros escalões etários. De facto, se tivermos em conta os 16,1% que nesta faixa etária responderam “não sabe” (ou seja, indivíduos que apesar de não considerarem a hipótese, não a excluem), pode-se concluir que cerca 70% dos jovens entre 15 e 24 anos estão a de alguma forma abertos à hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro.

Entre os jovens adultos, a proporção de indivíduos que consideram a hipótese de uma experiência laboral no estrangeiro é menos elevada (40%), mas ainda assim apenas 45,9% dos respondentes entre 25 e 34 anos excluí totalmente essa ideia.

Quadro 4.6. Predisposição para a mobilidade laboral internacional. Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Sim	53,1	40,0	35,3	21,5	4,9	0,4	23,7
Não	29,3	45,9	48,0	70,2	93,6	98,0	67,0
Não sabe	16,1	13,3	14,7	7,3	1,5	0,9	8,4
Não responde	1,5	0,8	2,0	0,9	0,0	0,7	1,0

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Considera a hipótese de via a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro?”.

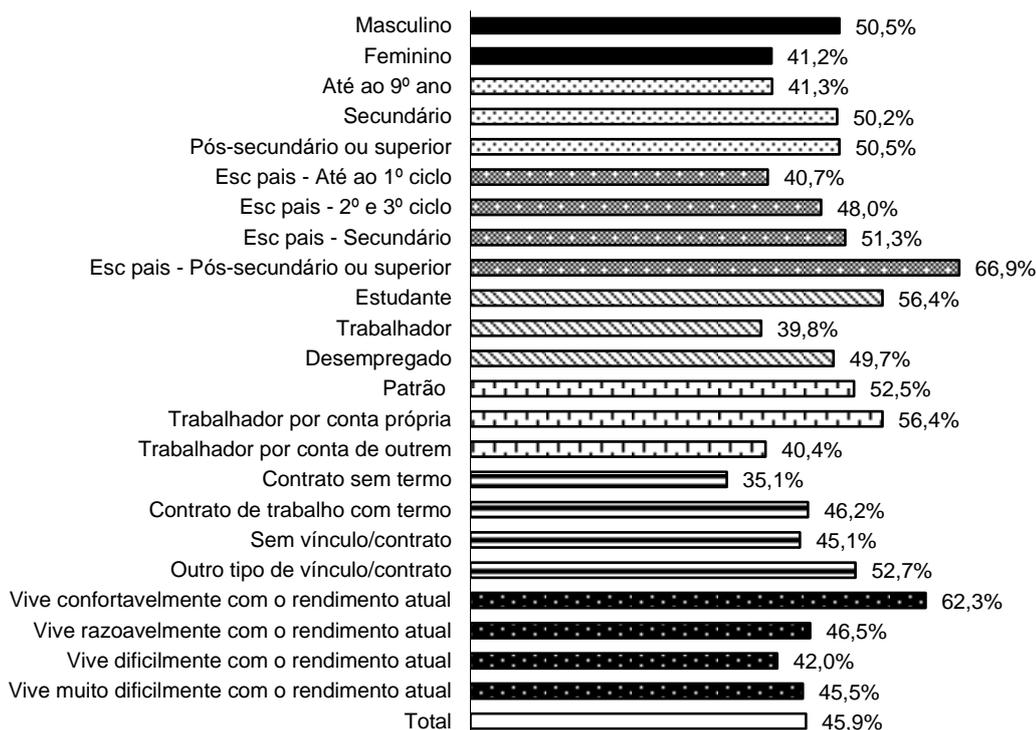
No que respeita a população jovem entre 15 e 34 anos, verificamos que a consideração da hipótese de vir a trabalhar no futuro no estrangeiro é bastante transversal a todas as características sociográficas dos indivíduos. Ainda assim, há alguns fatores inibidores e potenciadores dessa situação. De facto, os homens tendem a considerar mais essa hipótese do que as mulheres (50,5% vs. 41,2%), os jovens com menor nível de escolarização consideram menos a hipótese do que os que completaram o secundário, ou um nível pós-secundário ou superior. Os estudantes em geral estão particularmente abertos à hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro (56,4%), valor que é bastante mais elevado do que o dos jovens que já se encontram a trabalhar (39,8%). Cerca de metade dos desempregados consideravam, na altura de aplicação do inquérito a hipótese de virem a trabalhar no estrangeiro (49,7%).

Constata-se assim que a inserção laboral atual, e em particular a estabilidade dessa inserção, é o principal fator inibidor à consideração da hipótese de vir a trabalhar no

estrangeiro no futuro. De facto, os valores são mais baixo para os trabalhadores em geral (face aos estudantes e desempregados), para os trabalhadores por conta de outrem (face aos patrões e trabalhadores por conta própria) e para os trabalhadores com contratos sem termo (face aos restantes tipos de contratos). Ainda assim, mesmo entre os jovens com a situação laboral mais estável, os que têm contratos sem termo, 35,1% afirma considerar a hipótese.

No sentido contrário, verifica-se que os fatores que mais potenciam a consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro são o rendimento do agregado familiar e a escolaridade dos pais. São os jovens com maior poder de compra, ou seja que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento atual (62,3%) e os jovens filhos de pais com nível de escolaridade pós-secundário ou superior (66,9%) que mais declaram estar abertos a essa experiência.

Fig 4.5. População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro (%).

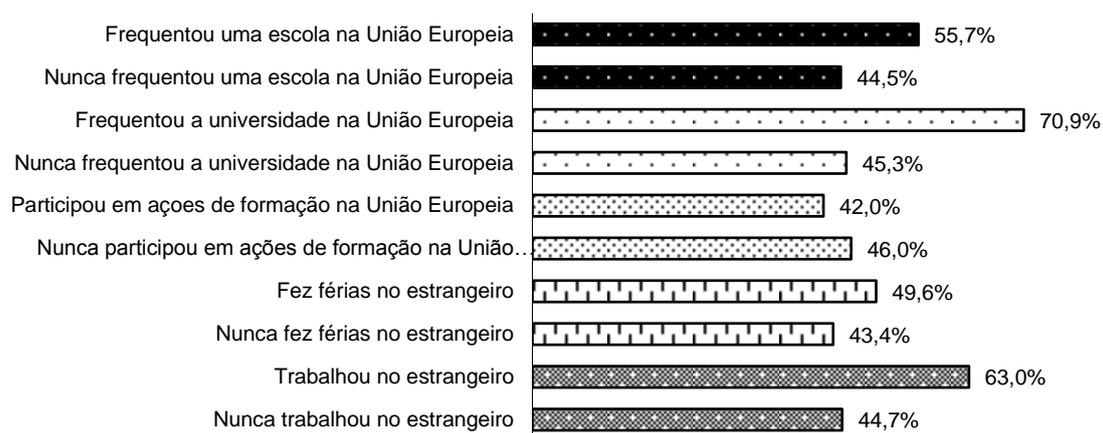


Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Ao cruzar a consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro com as experiências prévias dos jovens entre 15 e 34 anos no estrangeiro verifica-se que, com

exceção do caso das ações de formação, quase todas as experiências no estrangeiro são potenciadoras da abertura à ideia de vir a trabalhar fora de Portugal no futuro. Entre estas destacam-se os valores daqueles que declaram terem frequentado uma escola na UE no passado (55,7%, contra 44,5% dos que nunca frequentaram), dos que declaram terem tido uma anterior experiência de trabalho no estrangeiro (63%, contra 44,7% dos que nunca trabalharam no estrangeiro), mas sobretudo dos jovens que indicam terem frequentado a universidade no estrangeiro. De facto 70,9% dos jovens inquiridos entre 15 e 34 anos que frequentaram o ensino universitário num outro país da União Europeia declara considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, ou seja, uma experiência formativa a nível superior fora de Portugal é muito potenciadora da ideia de um dia vir a fazer uma experiência laboral no estrangeiro.

Fig 4.6. População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro por experiência anterior no estrangeiro (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Quando questionados sobre qual o país para onde gostariam de ir trabalhar, a União Europeia aparece como destino preferencial de praticamente todos os grupos etários (a única exceção é o grupo de 65 ou mais anos que é composto por muito poucos indivíduos que têm como único destino preferencial o Brasil).

Entre os jovens adultos que consideram vir a trabalhar no estrangeiro, 81,2% assinala a Europa como principal hipótese, seguindo-se os Estados Unidos da América ou Canadá (17%) e os países africanos de língua oficial portuguesa (12,2%). As escolhas dos mais novos (15-24) são relativamente similares às dos jovens adultos, diferenciando-se apenas pelo facto de serem menos os que indicam os Países da União Europeia como possível destino da experiência laboral (70%). De notar ainda que, no

caso dos jovens entre 15 e 24 anos que indicaram considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, 11% assinala não saber qual seria o seu o destino preferencial, o que vem evidenciar o quanto a mobilidade laboral internacional é ainda uma possibilidade remota para alguns destes jovens.

Em termos de diferenças entre os vários grupos etários, é de destacar ainda a preferência por países africanos de língua oficial portuguesa de alguns dos escalões mais velhos, nomeadamente os que têm entre 55/64 anos, com 30,6%, mostrando por isso uma maior proximidade desta geração às ex-colónias.

Quadro 4.7. Destino preferencial para uma experiência laboral no estrangeiro. Total da população que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Países da União Europeia	70,0	81,2	72,9	66,6	50,8	0,0	72,4
EUA/Canadá	17,1	17,0	6,7	15,1	9,7	0,0	13,7
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	8,5	12,2	3,4	12,4	30,6	0,0	9,4
Brasil	6,3	7,6	5,6	2,0	0,0	100,0	6,0
Suíça	3,0	2,0	5,6	6,2	9,7	0,0	4,1
Outros países	2,3	1,1	3,5	6,6	0,0	0,0	2,9
Não sabe	11,0	5,5	7,8	8,2	9,7	0,0	8,2
Não responde	0,9	0,6	1,1	2,3	9,7	0,0	1,3

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

4.4. Motivações para a mobilidade laboral internacional

Quando questionados sobre quais as razões que os incentivariam a fazer uma experiência laboral no estrangeiro, os inquiridos, independentemente de terem ou não trabalhado noutra país, ou de considerarem ou não a hipótese de vir a fazê-lo no futuro, escolheram na sua maioria razões associadas ao trabalho, nomeadamente “ter melhores oportunidades de encontrar emprego” (51,3%) e “ter melhores condições de trabalho” (38,6%), e “ter melhores condições de carreira ou negócio” (14,2%). Com um peso importante surgem também motivações associadas ao bem-estar em geral, em particular “ter melhores condições de vida no estrangeiro”, selecionado por 36% da população, e com menor incidência “ter melhor sistema de serviços sociais e saúde” (8,1%).

Entre as motivações de carácter contextual, “melhor clima económico no estrangeiro” destaca-se por ser selecionada por 11,3% dos inquiridos. Já o indicador “melhor situação política no estrangeiro” foi a razão menos apontada com um valor

total de 3,6%. As razões associadas à sociabilidade familiares e afetivas foram apontadas por 9,1% dos indivíduos.

As respostas dos jovens e jovens adultos em relação às razões que os incentivariam a trabalhar noutro país são próximas dos restantes grupos etários, valorizando também estes as motivações associadas ao trabalho, destacando-se em particular a incidência, face a outros grupos etários mais velhos, das opções “ter melhores condições de trabalho” e ter “melhores condições de carreira ou negócio”.

Os jovens entre 15 e 24 anos distinguem-se também por serem o grupo etário que, estando ainda numa fase de formação, mais aponta motivações relacionadas com o seu desenvolvimento pessoal, quer seja a nível da aquisição de novas competências (“melhorar as suas qualificações” selecionada por 13,4% dos jovens), quer seja na acumulação de novas experiência e ampliação das suas redes de sociabilidade (“descobrir algo novo e conhecer novas pessoas” selecionada por 13,3% dos jovens).

Quadro 4.8. Motivações para a mobilidade laboral internacional (Resposta múltipla). Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Ter melhores oportunidades de encontrar emprego	60,7	59,8	59,9	47,9	46,9	38,9	51,3
Ter melhores condições de trabalho	46,2	49,1	42,3	38,0	36,8	25,9	38,6
Ter melhor qualidade de vida no estrangeiro	41,5	43,0	42,1	39,1	34,3	23,3	36,3
Ter melhores condições de carreira ou negócio	20,2	19,5	15,4	15,8	10,0	7,6	14,2
Melhor clima económico no estrangeiro	13,6	10,5	14,1	15,1	8,6	7,3	11,3
Estar mais perto de familiares ou amigos que vivem no estrangeiro	9,0	11,1	11,6	9,9	7,2	6,6	9,1
Melhor sistema de serviços sociais e de saúde	5,1	10,2	8,8	9,9	7,9	6,7	8,1
Descobrir algo novo e conhecer novas pessoas	13,3	8,4	7,1	4,2	3,5	5,4	6,7
Melhorar as suas qualificações (ex.: aprender uma nova língua)	13,4	6,4	4,0	6,5	5,7	5,2	6,5
Melhor situação política no estrangeiro	3,6	2,4	3,6	3,7	3,6	4,3	3,6
Nenhuma	4,6	10,8	9,5	14,4	26,9	37,6	18,8
Não sabe	2,2	1,5	2,4	2,3	2,1	5,6	2,9
Não responde	0,7	0,8	0,8	0,4	1,0	1,0	0,8

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Pergunta: “Independentemente de ter ou não trabalhado noutro país, ou de poder vir ou não a fazê-lo no futuro, que razões o incentivariam a trabalhar noutro país?”

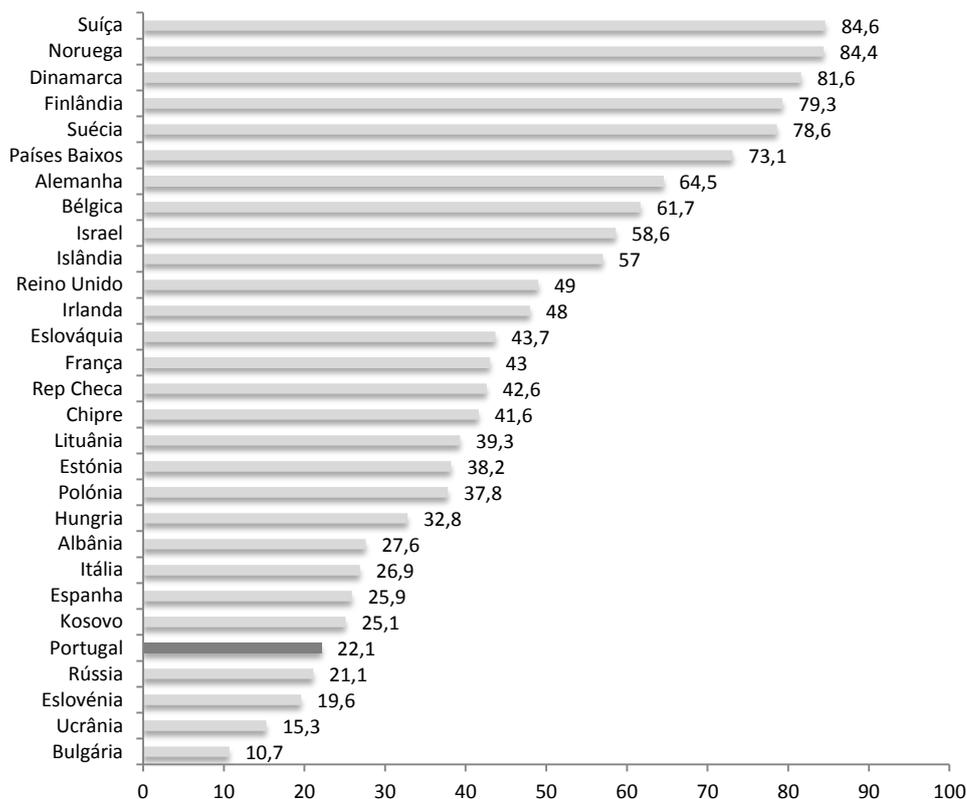
5. Atitudes dos jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007-2015

Vários estudos realizados e publicados nos últimos anos têm dado conta de um panorama preocupante da relação do eleitorado com a política (Cabral, 2001, Freire et. al. 2004, Freire e Magalhães 2001, Lobo, 2013). Estes estudos analisam a forma como os portugueses se envolvem no processo democrático, tanto a nível das atitudes, nomeadamente a identificação e simpatia partidária, o interesse pela política, bem como comportamentos específicos tais como a participação eleitoral, a militância partidária, o associativismo ou a participação em manifestações e protestos. O quadro que emerge é de uma cidadania política fraca em que os portugueses se empenham pouco e se sentem pouco recompensados.

De facto, nos estudos de opinião pública realizados mais recentemente, tem-se demonstrado que os portugueses avaliam o desempenho real do regime democrático no país de forma bastante negativa: a maioria dos inquiridos sentem-se pouco ou nada satisfeitos com a maneira como funciona a democracia em Portugal hoje em dia. Além disso, quase metade da população adulta está convencida que atualmente a democracia em Portugal funciona pior ou muito pior do que há cinco anos atrás. (Costa Pinto et.al., 2012, p.4-5). Em 2014, 73% dos portugueses declarava-se pouco ou nada satisfeito com a forma como funciona a democracia portuguesa. Desde 2011, as percepções evoluíram de forma bastante negativa, visto que naquele ano eram 65% os portugueses que se considerava insatisfeito com a democracia (Lobo, 2013, p.3). Nesse âmbito, é de realçar que esta relação entre eleitores e eleitos, marcada por afastamento, alheamento e insatisfação, não foi naturalmente beneficiada pela crise económica. Sendo certo que os fatores explicativos para o afastamento entre cidadãos e política são múltiplos, em parte também têm origem na (in)capacidade do Estado português em produzir resultados nas políticas públicas que melhorem a qualidade de vida em Portugal.

A Figura 5.1. mostra que esta insatisfação com a democracia não é uma atitude generalizada na Europa. Portugal está entre os países europeus onde a satisfação é mais baixa, juntamente com países da Europa central e de leste, bem como a Espanha e Itália.

Figura 5.1. Grau de Satisfação com a Democracia em Países Europeus, 2012. População total que se declara satisfeito (6-10) (%).



Fonte: European Social Survey 2012.

Pergunta: "Qual é o seu grau de satisfação, numa escala de 0 a 10, com o funcionamento da democracia no seu país?" (0 = Extremamente insatisfeito e 10 =extremamente satisfeito)

As atitudes dos jovens perante a política têm, pois, de ser entendidas a partir deste manancial de estudos que tem vindo a ser publicado nos últimos anos e que permite fazer um enquadramento que contextualiza a forma como os portugueses encaram a política. Um estudo sobre “Jovens e Política” (Magalhães e Moral, 2007) realizado com o patrocínio da Presidência da República chegou a conclusões que balizam o presente estudo, a saber: os jovens declaravam-se mais insatisfeitos do que os adultos com a democracia; eram, no entanto, tão interessados com os adultos em política, escapando assim aos últimos lugares em comparação com outros países da UE; encontravam-se menos expostos à informação política difundida pelos meios de comunicação convencional do que o resto da população; e tendiam a ser menos cétricos do que os mais velhos em relação à eficácia de todas as formas de participação política; finalmente, os índices de participação cívica dos jovens eram em 2007 mais elevados do que os da restante população, facto que não se devia exclusivamente à pertença a associações estudantis ou a grupos desportivos.

No que diz respeito à ligação aos partidos, os jovens estavam mais desalinados, encontrando menos utilidade nos conceitos de esquerda e direita, e exibindo menos identificação partidária do que os adultos (Magalhães e Moral, 2008). Nesse estudo foi encontrado um padrão de curvilinearidade entre vários indicadores de participação política e idade, isto é: os jovens e os mais idosos exibiam atitudes e comportamentos semelhantes em relação a determinadas atitudes políticas. Essa curvilinearidade sugere um efeito de “ciclo de vida” em que os jovens, por ainda estarem num processo de mobilidade e instabilidade profissional, valorizam menos o envolvimento político. Junto dos idosos, outras razões de ordem física e de situação profissional produzem um efeito semelhante. A ser assim, não estaríamos perante jovens estruturalmente diferentes do resto da população, mas apenas numa etapa de vida distinta. Neste inquérito estaremos pois também atentos à existência de curvilinearidades entre atitudes, comportamentos políticos e idade.

Sete anos volvidos deste estudo importa visitar estas atitudes dos jovens para verificar a forma como estas evoluíram e se porventura terão sofrido alguma deterioração tal como ocorreu com a população em geral nestes últimos anos. Neste capítulo, faremos comparações sistemáticas com o estudo em causa. No entanto, gostaríamos de salientar que os dois estudos não são de painel, isto é, as amostras não são as mesmas em dois momentos distintos, o que limita a comparabilidade dos dados. Começaremos por focar as atitudes políticas dos jovens em comparação com os adultos, para de seguida focarmos as fontes de informação, a participação política atitudes em relação à política. Terminamos com a importância da ideologia e da identificação partidária em Portugal hoje.

5.1. A satisfação com a Democracia

Nos dois quadros seguintes apresentamos os resultados de uma questão formulada de forma semelhante à que foi colocada acima – nomeadamente sobre a satisfação com a democracia em 2007 e 2015. Verificamos que apenas 17,3% dos jovens em 2015 considera que a democracia funciona bem em Portugal, o que mesmo assim constitui uma percentagem ligeiramente acima da média do país (16.6%). Do mesmo modo, demonstrando-se menos insatisfeitos do que os adultos, a faixa etária entre 15 e 24 anos também é aquela que menos considera (41%) que a democracia funciona mal. Comparando com 2007, as grandes tendências eram semelhantes, isto é, os jovens também tinham tendência a considerar que a democracia funcionava bem, em maior

percentagem do que a média do país, e menos tendência a considerar que a democracia funcionava mal. No entanto, apesar das tendências serem semelhantes, os valores das percentagens entre 2007 e 2015 confirmam a grande queda na satisfação com a democracia operada em Portugal nos últimos sete anos. Enquanto em 2007 cerca de um terço dos jovens (15-34) considerava que a democracia funcionava bem, esta percentagem desce para cerca de metade desse valor em 2015. Nesta questão, em 2015 os mais jovens destacam-se também pela percentagem daqueles que afirma não saber ou não querer responder à questão (20%).

Quadro 5.1. Satisfação com a Democracia da população portuguesa, 2007-2015. Total da população, por faixa etária (%).

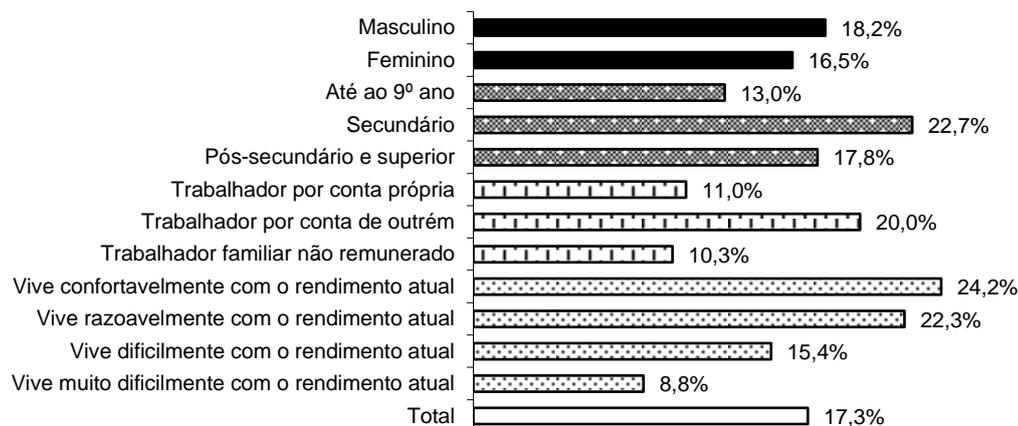
2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Mal (0-4)	41,0	52,5	51,0	55,1	60,8	45,4	50,8
Nem bem nem mal (5)	21,1	22,7	25,4	24,2	18,8	22,2	22,5
Bem (6-10)	17,3	17,3	18,5	14,9	14,6	16,9	16,6
<i>NS/NR</i>	20,5	7,5	5,1	5,9	5,9	15,6	10,0
2007							
Mal (0-4)	32,0	39,9	42,5	46,3	43,6	44,2	41,7
Nem bem nem mal (5)	30,9	23,4	28,3	30,1	27,7	29,4	28,2
Bem (6-10)	33,8	35,9	28,0	20,1	25,8	19,8	27,0
<i>NS/NR</i>	3,3	0,9	1,2	3,6	3,0	6,5	3,2

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Pergunta: “ Em geral, numa escala de 0 a 10, em que o significa ‘muito mal’ e 10 ‘muito bem’, como acha que funciona atualmente a democracia em Portugal?”.

A figura seguinte desagrega os jovens dos 15 aos 34 anos que avaliam positivamente a democracia por perfil sociodemográfico. São os jovens com escolaridade secundária, os que vivem confortavelmente ou razoavelmente com o seu rendimento, e os trabalhadores por conta de outrem que exibem valores mais elevados de satisfação com a democracia. Aqueles que vivem com mais dificuldades, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados encontram-se bastante abaixo da média para os jovens dos 15 aos 34 anos.

Fig 5.2. População jovem (15-34) que avalia positivamente (6-10) o funcionamento da democracia (%)



Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

A (in)satisfação com a democracia é um indicador que reflete um conjunto de outras atitudes, em relação ao sistema político, à performance do governo, e à perceção sobre o funcionamento da economia. Vamos de seguida olhar mais detalhadamente para a forma como os jovens em Portugal formam as suas atitudes e o que pensam da política e da eficácia da participação política em Portugal.

5.2. Exposição aos media

O quadro seguinte apresenta as percentagens daqueles que procuram informação ou notícias sobre política uma vez por semana ou mais nos órgãos de comunicação social. Vale a pena distinguir os media tradicionais da internet, neste domínio. Verificamos que os jovens dos 15 aos 24 são aqueles que menos procuram notícias sobre política, seja em que meio de comunicação tradicional for (jornais, televisão ou rádio). Considerando estes meios, verifica-se uma hierarquia de importância, onde a televisão emerge muito destacadamente como a fonte de notícias consumida com mais regularidade em todas as faixas etárias. Este é, aliás, um padrão que se tem vindo a observar ao longo dos anos nos inquéritos Eurobarómetro. Mesmo no que diz respeito à internet, os jovens entre 15-24 anos não se destacam particularmente dos adultos até aos 54 anos, ficando apenas acima dos que têm 55 anos ou mais na procura de informação política na internet. Já no que diz respeito aos jovens adultos, isto é, aqueles entre os 25-34 anos, verificamos que têm um perfil substancialmente diferente da faixa etária que lhes antecede, consumindo quase o dobro de notícias sobre política nos jornais pelo

menos uma vez por semana, e estando acima da população portuguesa nas restantes dimensões de exposição aos media. Este padrão de diferença entre jovens (15-24) e jovens adultos (25-34) no que diz respeito ao consumo de notícias políticas nos media também o encontramos nos dados de 2007, embora de forma menos vincada.

Quadro 5.2. Frequência de exposição a informação e notícias sobre política da população portuguesa (2007 e 2015). Total da população que indica praticar a atividade pelo menos uma vez por semana, por faixa etária (%).

2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Lê notícias sobre política num jornal	21,9	41,2	40,8	45,6	41,1	26,1	36,0
Vê notícias sobre política na televisão	61,8	74,4	73,5	82,9	79,2	77,3	75,4
Ouve notícias sobre política na rádio	14,2	22,6	21,4	26,3	23,1	17,1	20,8
Utiliza a internet para obter informação política	11,7	13,6	11,9	12,8	5,6	3,7	9,5
2007							
Lê a secção de política num jornal	34,1	48,7	50,1	55,3	51,5	46,4	47,9
Vê notícias sobre política na televisão	81,9	86,3	88,8	89,9	90,6	85,2	87,1
Ouve notícias sobre política na rádio	37,5	53,8	52,8	54,0	48,3	39,3	47,7
Utiliza a internet para obter informação política	22,3	22,9	18,9	19,4	17,1	2,8	16,6

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Assim, já em 2007 os jovens entre 15 e 24 anos se destacavam por consumirem substancialmente menos notícias sobre política no jornal (34,1%), na televisão (81,9%) e rádio (37,5%) do que as respetivas médias nacionais. Há, pois, um processo de socialização em que as faixas etárias seguintes adotam padrões mais elevados de exposição aos media, até chegarmos ao escalão etário mais alto (mais de 65 anos), onde os valores voltam a descer. Estamos assim, no que diz respeito aos media tradicionais, perante uma relação curvilínea entre exposição aos media e idade.

A par destas tendências, que são comuns aos dois anos analisados, existe uma grande diferença entre 2007 e 2015 – os valores percentuais de procura de notícias em todos os meios de comunicação diminuí substancialmente. Entre os mais jovens (15-24 anos), a diminuição de exposição aos media em pontos percentuais é da seguinte ordem de grandeza: 12 (jornais), 20 (televisão), 23 (rádio), 11 (internet). Na faixa etária dos jovens adultos (25-34 anos) observamos uma diminuição em toda a linha também, embora em menor escala do que se verifica no escalão etário mais baixo, a saber: menos

8 (jornais), 12 (televisão), 31 (rádio), e 9 pontos percentuais (internet) entre 2007 e 2015. Este é, de resto, um padrão semelhante àquele que se verifica nas restantes faixas etárias. Esta diminuição no acesso à internet para procurar informação sobre política contrasta, de certa forma, com outras duas questões onde 86,9% dos jovens e 74,4% dos jovens adultos afirma aceder à internet *todos os dias* e onde para as mesmas faixas etárias, respetivamente 32,3% e 35,9%, indica que utiliza a internet para ler artigos de jornais. Presumivelmente serão artigos sobre assuntos que não dizem respeito à política. Portanto, à medida que a utilização da internet se está a generalizar, denota-se um decréscimo da utilização da mesma para a informação sobre política.

5.3. A participação cívica e política

Vejamos de seguida o panorama da participação cívica e política dos jovens em Portugal. O quadro abaixo apresenta os valores percentuais de todos aqueles que afirmam pertencer a uma associação, sindicato ou partido político, mesmo que não participem ativamente nessa mesma organização. Detenhamo-nos em primeiro lugar na pertença a partidos políticos, tendo em conta que estas organizações se distinguem de todas as restantes pelo facto de terem o quase monopólio da representação nas instituições políticas. Os valores exibidos entre os jovens e jovens adultos oscilam entre 1% e 2,7% de pertença a um partido. São valores objetivamente muito baixos.

Mesmo assim, é de notar que os primeiros (jovens entre 15 e 24 anos) estão abaixo da média nacional enquanto os segundos (jovens adultos entre 25 e 34 anos) ficam um pouco acima. Existe na verdade uma curvilinearidade entre participação cívica e idade, já detetada anteriormente (Magalhães e Moral, 2008). A participação seria menor junto dos indivíduos mais jovens, aumentando progressivamente até voltar a diminuir novamente junto dos mais idosos. A explicação convencional é a que está ligada aos efeitos de ciclo de vida. No caso, os mais jovens por estarem ainda numa fase de mobilidade social, educacional e instabilidade profissional; os mais idosos, por razões de fim de percurso profissional além de, por razões de crescentes dificuldades de saúde, tenderem também a participar menos na vida política. Assim, não surpreende verificar que são os indivíduos das faixas etárias compreendidas entre os 35 e os 64 anos aqueles que mais participam em partidos políticos.

Já no que diz respeito à participação cívica os mais jovens não se destacam particularmente: apenas pertencem mais do que a média nacional a grupos desportivos (10% os jovens vs. 5% de média nacional); e associações juvenis e estudantis (5.1% de

jovens vs. 1.7% de média nacional). Já os jovens adultos entre os 25 e 34 anos figuram em maior número em comparação com a média nacional na pertença às seguintes associações: partidos políticos (2,7% vs. 2,1%), sindicatos (3,4% vs. 2,1%), associações ou ordens profissionais (4,3% vs. 2,6%), grupos desportivos (7,2% vs. 5,1%), grupos culturais ou de lazer (4,1% vs. 3,5%), e outros tipos de associações sem fins lucrativos (2,7% vs. 2,5%). Deste ponto de vista, detetamos diferenças importantes entre os jovens e os jovens adultos, que não eram tão evidentes em 2007.

Quadro 5.3. Participação política da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que responde ‘pertence e participa ativamente’ e ‘pertence mas não participa ativamente’, por faixa etária (%).

2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Um partido político	1,0	2,7	3,2	3,7	2,0	0,4	2,1
Um sindicato	0,2	3,4	2,8	4,2	1,6	0,5	2,1
Uma associação ou ordem profissional	1,7	4,3	2,4	4,2	1,7	1,3	2,6
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	2,0	2,2	3,1	3,2	3,9	9,4	4,4
Um grupo desportivo	10,4	7,2	4,0	7,5	2,1	1,8	5,1
Um grupo cultural ou de lazer	3,4	4,1	2,4	6,1	2,5	2,6	3,5
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	1,9	2,4	2,0	5,1	2,1	1,8	2,5
Uma associação juvenil ou estudantil	5,1	1,6	0,8	0,9	0,0	0,0	1,2
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	1,4	2,7	2,0	4,2	1,6	2,7	2,5
2007							
Um partido político	5,2	7,4	2,7	5,9	8,3	8,5	6,4
Um sindicato	1,5	10,6	12,4	16,2	13,3	4,0	9,6
Uma associação ou ordem profissional	5,6	14,2	12,4	14,9	15,6	6,3	11,4
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	18,9	11,4	14,5	17,8	16,3	27,1	17,9
Um grupo desportivo	19,3	14,0	16,5	14,0	10,6	5,0	12,9
Um grupo cultural ou de lazer	13,4	9,1	9,7	11,3	11,0	11,3	10,9
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	6,3	8,3	4,4	8,8	11,4	5,8	7,3
Uma associação juvenil ou estudantil	11,9	7,1	2,9	3,9	2,3	1,3	4,7
Outro tipo de associação voluntária	7,4	6,0	6,2	7,8	9,5	6,8	7,2

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

O que é de salientar na evolução entre 2007 e 2015 é uma quebra muito significativa na taxa de pertença a organizações da sociedade civil transversal à generalidade dos escalões etários, afetando também os jovens. Em média, tanto os jovens como os jovens adultos passaram a uma taxa média de participação de 3% em 2015, quando este mesmo valor atingia mais de 9% em 2007, representando por isso

uma diminuição de mais de dois terços na participação cívica em Portugal. Este declínio foi mesmo assim *menor* do que aquele ocorrido, em média, nos restantes grupos etários com exceção dos mais idosos (acima dos 65 anos). Portanto, o declínio que notamos não invalida o padrão curvilíneo que detetámos na relação da participação política com a idade.

Já vimos que as pertenças organizacionais na sociedade civil são baixas e têm diminuído entre os jovens e não só. E de que forma é que os jovens se envolvem em ações sociais e políticas para exprimir uma opinião? O quadro abaixo dá conta da frequência com que os portugueses se envolveram nesse tipo de iniciativas - somando todos aqueles que afirmaram tê-lo feito em qualquer momento das suas vidas. O quadro mostra o seguinte: no escalão etário mais jovem, entre os 15 e os 24 anos, o tipo de atividade política mais exercido foi o de “assinar uma petição” (6,6%) seguido de “dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política” (6,2%). Ambas percentagens ficam, no entanto, aquém dos valores médios para essas atividades em Portugal, que já foram praticados por 8,4% da população.

De facto, não existe nenhum tipo de participação social ou política em que os mais jovens estejam acima da média nacional, o que é sintomático de uma falta de envolvimento político. Considerando a faixa etária seguinte, isto é, a dos jovens adultos (entre os 25 e os 34 anos), esta destaca-se em relação ao resto da população nas seguintes atividades: assinar uma petição, fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente, e dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política. É, no entanto, de assinalar que tanto os mais jovens como os jovens adultos tendem a participar significativamente menos tanto em comícios partidários ou manifestações políticas, do que qualquer outra faixa etária.

Finalmente, apesar de serem grandes utilizadores de internet, esta não é empregue para discutir política em fóruns e *blogs* pela larguíssima maioria dos inquiridos entre os 15 e os 34 anos. Ao contrário do que verificámos em relação à exposição aos media e à participação cívica, não detetamos nestes dados uma relação curvilínea entre formas de participação política tradicional e idade. Os mais idosos já participaram de formas políticas nas quais os jovens se envolvem pouco, a saber manifestações políticas ou comícios partidários. Esta é uma ocasião em que não detetamos um evidente padrão de “ciclo de vida” mas, pelo contrário, podemos estar perante uma diferença geracional na forma de participar na vida política.

Quadro 5.4. Formas de participação política tradicional da população portuguesa, 2015. Total da população que respondeu que a realizou durante o último ano ou que a realizou num passado mais distante, por faixa etária (%).

2015							
<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Assinar uma petição	6,6	12,2	11,9	10,2	6,4	3,8	8,4
Fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente	3,8	6,2	4,0	3,1	1,6	2,2	3,4
Participar num comício partidário ou de um candidato	1,9	4,7	9,2	10,1	10,2	5,0	6,9
Participar numa manifestação política	2,2	6,8	8,8	8,2	9,3	7,2	7,2
Contatar, ou tentar contatar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões	1,2	2,1	4,4	4,3	2,6	2,4	2,9
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política	6,2	9,3	10,8	10,4	6,2	7,2	8,4
Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários on-line, email, etc.).	1,7	2,7	3,6	2,4	2,5	1,5	2,4
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	1,4	1,3	3,2	1,0	1,0	1,9	1,7
2007							
Assinar uma petição	26,3	39,5	44,2	39,6	42,0	26,6	36,2
Fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente	23,7	33,9	29,7	26,9	20,9	16,1	25,2
Participar num comício partidário ou de um candidato	18,1	35,6	38,8	45,5	43,7	41,9	37,7
Participar numa manifestação política	18,6	27,7	25,9	36,6	40,5	28,8	29,5
Contatar, ou tentar contatar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões	8,5	19,3	23,6	23,0	26,1	16,8	19,6
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política	21,6	28,0	29,2	31,7	32,7	28,6	28,7
Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários on-line, email, etc.).	8,9	14,3	15,6	19,5	24,2	15,0	16,1
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	6,7	6,0	6,2	3,9	4,2	1,3	4,6

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Pergunta: “Por favor, diga-me sobre cada uma das seguintes ações se a realizou durante o último ano, se a realizou num passado mais distante, se nunca a realizou mas poderia tê-lo feito, ou se nunca as realizou e nunca o faria”.

Já quando comparamos com os valores apresentados para a participação política tradicional em 2007, verificamos uma muito substancial diminuição em todas as dimensões que é transversal a toda a sociedade portuguesa, o que não deixa de ser bastante alarmante. Tendo analisado dados recolhidos sobre participação política mais

recentemente (European Social Survey, 2012), verificamos que são na ordem daqueles que apresentamos para 2015. Não nos parece possível retirar muitas ilações dos dados que apresentamos nesta tabela, a não ser que, tendo em conta o que os restantes quadros mostram, se verifica um declínio na participação, e que seriam precisos mais indicadores em momentos próximos de um e de outro inquérito para aferir corretamente a quebra que ocorreu, que por razões de espaço não poderemos fazer aqui.

Consideremos agora o perfil sociodemográfico daqueles que se podem considerar mais interventivos politicamente – nomeadamente que tenham já participado em pelo menos quatro ações das elencadas no Quadro 5.4. As respostas demonstram que estamos de facto perante uma minoria de inquiridos mais ativistas. Daqueles que respondem positivamente a pelo menos 4 ações, são sobretudo os mais escolarizados, os desempregados, os indivíduos de esquerda e aqueles com identificação partidária que revelam esse comportamento. No caso dos desempregados, a recente crise económica poderá tê-los mobilizado para a participação. Nos restantes casos, confirma-se a relação entre recursos cognitivos e envolvimento político.

5.4. A eficácia da participação política

Tendo em conta a fraqueza da mobilização efetiva dos jovens, evidenciada amplamente nos quadros acima, importa aferir em que medida é que estes percecionam um conjunto de iniciativas de cariz político como tendo alguma eficácia. Os valores apresentados na tabela abaixo representam médias, numa escala de 0 a 10. Constata-se uma relativa semelhança entre jovens dos 15 aos 34. De facto, para os primeiros dois escalões etários, apenas duas ações políticas são consideradas eficazes em média em 2015: colaborar com organizações ou associações voluntárias e votar nas eleições. Todas as outras atividades inquiridas ficam aquém do valor médio (5) entre os jovens. O mesmo padrão se verifica também entre os adultos, não havendo por isso grandes diferenças a assinalar.

Quadro 5.5. A eficácia da ação social e política da população portuguesa, 2015-2007. Total da população, por faixa etária (Médias).

2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Colaborar com um partido político	3.2	3.0	3.1	3.1	2.8	2.6	3.0
Colaborar com organizações ou associações voluntárias	6.0	5.7	5.6	6.1	5.5	5.3	5.7
Votar nas eleições	5.6	5.9	5.8	6.7	6.2	6.2	6.1
Pôr-se em contacto com políticos	3.2	3.0	3.3	3.4	3.1	2.7	3.1
Chamar a atenção dos meios de comunicação	4.5	4.7	4.7	4.7	4.4	4.0	4.5
Participar em manifestações	4.2	3.9	3.8	3.9	3.7	3.3	3.7
Participar em atividades ilegais de protesto	2.5	2.3	2.0	2.2	2.1	1.9	2.1
2007							
Colaborar com um partido político	4.2	3.9	3.3	3.9	3.9	4.1	3.9
Colaborar com organizações ou associações voluntárias	7.6	7.6	7.3	7.5	7.2	7.0	7.4
Votar nas eleições	7.3	7.9	7.6	7.7	8.3	7.8	7.8
Pôr-se em contacto com políticos	4.2	4.0	3.7	3.9	4.0	3.6	3.9
Chamar a atenção dos meios de comunicação	6.0	5.8	6.0	5.8	6.0	5.1	5.7
Participar em manifestações	5.4	4.6	4.3	4.2	3.9	3.3	4.2
Participar em atividades ilegais de protesto	3.0	2.0	1.7	1.4	1.1	1.1	1.7

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Nota: Utilizando uma escala de 0 a 10, em que 0 significa ‘não serve para nada’ e 10 ‘muito eficaz’, que grau de eficácia atribuiria às seguintes atividades?”.

Esta relativa descrença na eficácia do conjunto de atividades sociais e políticas apresentadas contrasta com os valores reportados em 2007. Nesse ano, os mais jovens (entre 15 e 24 anos) consideravam em média ações eficazes, além de participar em associações voluntárias (7.6) e de votar (7.3), as seguintes atividades: chamar a atenção dos meios de comunicação (6.0) e participar em manifestações (5.4). Observam-se médias semelhantes para os jovens adultos em 2007, exceto no que diz respeito à participação em manifestações, estando este grupo comparativamente mais cético em relação à sua eficácia, atingindo uma média de apenas 4.6. Portanto, globalmente, e de acordo com o que temos vindo a verificar tanto a nível de comportamentos como de atitudes em relação à participação política, é de assinalar um decréscimo tanto de práticas como de atitudes positivas em relação a esse fenómeno. É de salientar que de todas as formas de participação possível, o voto continua a ser tido como um dos veículos mais eficazes entre os jovens.

De forma a compreender melhor o perfil destes jovens que acreditam na eficácia da colaboração com organizações voluntárias, do voto e da participação em manifestações, optamos por analisar o seu perfil sociodemográfico.

As principais diferenças a assinalar são as seguintes: no que diz respeito à eficácia da participação em associações voluntárias, são os mais escolarizados, aqueles que auferem mais rendimentos, aqueles que têm uma identificação partidária e os que se afirmam de direita, que consideram esta forma de participação cívica mais eficaz. Já no que concerne o voto, são os mais escolarizados, os que estão empregados, os trabalhadores por conta própria, ou os patrões, os que auferem mais rendimentos, e os que têm identificação partidária que exibem valores acima da média para os jovens no seu conjunto.

Quadro 5.6. Eficácia atribuída a determinadas ações sociais e/ou política por parte dos jovens (15-34). Médias.

<i>Variáveis</i>	Colaborar com associações voluntárias	Votar nas eleições
Masculino	5.6	5.7
Feminino	6	5.9
Até ao 9º ano	5.5	5.2
Secundário	6.1	6
Pós-secundário ou superior	6.3	7.3
Estudante	6.1	5.8
Trabalhador	5.9	6.1
Desempregado	5.4	5.1
Patrão	5.9	6.9
Trabalhador por conta própria	5.9	6.1
Trabalhador por conta de outrem	5.7	5.7
Trabalhador familiar não remunerado	5.8	7.4
Vive confortavelmente com o rendimento atual	6.7	6.9
Vive razoavelmente com o rendimento atual	6	6.2
Vive dificilmente com o rendimento atual	5.9	5.6
Vive muito dificilmente com o rendimento atual	4.9	4.7
Esquerda	5.9	6.6
Direita	6.8	6.7
Com identificação partidária	6.5	6.9
Sem identificação partidária	5.5	5.2

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

De um modo geral, e seguindo as teorias sobre participação política, são aqueles com mais recursos tanto educacionais como de rendimento que valorizam mais estas atividades. Mesmo assim, e tendo em conta a natureza igualitária do voto (devido aos baixos custos que este modo de participação comporta), é de notar, ao contrário do que seria expectável, a forma como os que têm menos recursos desvalorizam essa atividade.

Tendo em conta a importância atribuída à participação eleitoral por parte dos jovens, vale a pena analisar de seguida as opiniões que estes têm em relação à abstenção eleitoral e ao valor do voto individual. Em 2015, entre os mais jovens apenas 47,2% acredita que “quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam”, enquanto mais de metade dos jovens adultos (52,1%) e da população em geral concorda com esta frase (52,9%). Além disso, o estigma da abstenção é razoável e semelhante em todas as faixas etárias, e a maioria dos jovens e dos adultos discorda que “um voto a mais ou a menos não faz diferença”.

Em 2015 não se denotam grandes diferenças entre faixas etárias, havendo uma norma pró-voto implícita. Apesar disso, e quando olhamos para as respostas às mesmas questões recolhidas em 2007, verificamos que esse consenso em torno do valor do voto era bastante mais alargado do que é hoje em dia. Assim, mais de 90% dos inquiridos entre os 15 e os 34 anos concordavam em 2007 que todos os votos são importantes, tendo essa média descido para cerca de 70% em 2015. De igual modo, enquanto 70% dos jovens em 2007 concordava que quem não vota também não tem direito a queixar-se de quem governa, apenas 47,2% tem a mesma opinião em 2015. Portanto, embora as tendências de opinião não se tenham alterado, elas são significativamente menos consensuais, sugerindo que o valor do voto diminuiu entre os jovens. Nesse aspeto, estão acompanhados do resto da população portuguesa.

Quadro 5.7. Opiniões sobre o Voto e a Abstenção em Portugal. Total da população que tende a concordar, por faixa etária (%).

2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	47,2	52,8	50,1	56,2	56,9	53,2	52,9
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	38,0	40,4	38,8	37,1	37,1	43,1	39,4
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	16,4	15,3	13,1	12,3	14,7	15,8	14,6
Em democracia todos os votos são importantes	68,9	75,8	76,5	82,7	78,9	70,6	75,5
2007							
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	70,1	68,7	68,0	70,9	68,4	78,9	71,1
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	40,2	40,5	43,8	39,4	37,6	34,6	39,3
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	16,6	15,2	15,8	17,2	19,5	21,0	17,6
Em democracia todos os votos são importantes	91,6	92,0	94,0	93,1	92,3	91,5	92,4

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Pergunta: “Das seguintes opiniões sobre o voto gostaria que me dissesse se tende a concordar ou discordar com elas”.

5.5. O interesse pela política e a identificação partidária

A finalizar este capítulo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens, iremos abordar dois temas centrais para a compreensão global destes fenómenos: o interesse pela política, e a identificação partidária dos jovens. Estas são variáveis chave de ligação do indivíduo ao sistema político, tanto no que diz respeito a atitudes mais estruturadas e informadas, como a comportamentos mais participativos.

O interesse pela política segue um padrão curvilíneo em Portugal. Assim, as duas faixas etárias onde notamos menos interesse é a dos mais jovens (15-24 anos) e a dos mais idosos (mais de 65 anos), onde 57,3% e 53,1% respetivamente afirmam não ter nenhum interesse em política. Do mesmo modo, são os mais jovens e os mais idosos que apresentam uma percentagem mais baixa daqueles que afirmam ter muito ou bastante interesse em política (8% e 9,7%) respetivamente.

Quadro 5.8. Interesse pela política da população portuguesa, 2007-2015. Total da população, por faixa etária (%).

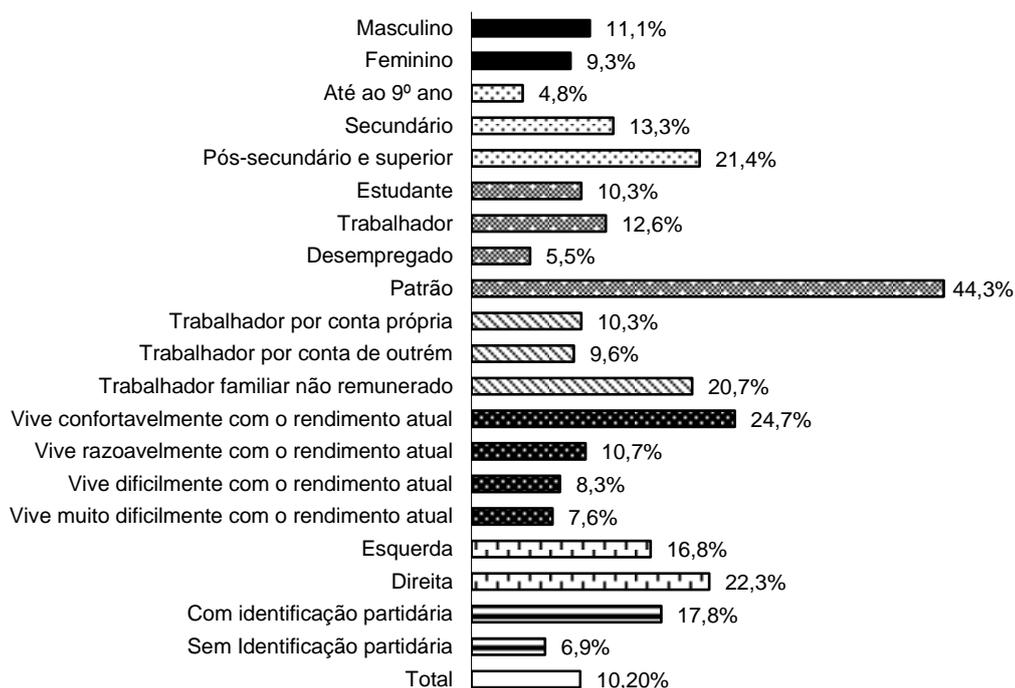
2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Muito	1,2	2,1	3,2	3,2	0,5	0,9	1,9
Bastante	6,8	9,8	13,1	10,6	10,2	8,8	10,0
Pouco	33,8	42,2	36,1	44,0	45,5	34,8	39,2
Nada	57,3	44,8	46,9	42,1	42,4	53,1	47,8
NS/NR	1,0	1,0	0,8	0,0	1,5	2,3	1,2
2007							
Muito	6,3	7,4	7,7	10,7	13,7	7,8	8,8
Bastante	17,5	23,9	19,5	26,6	24,3	18,1	21,5
Pouco	51,5	46,4	43,7	34,4	24,7	28,9	38,1
Nada	23,5	21,9	28,0	27,6	35,7	43,5	30,5
NS/NR	1,1	0,3	1,2	0,6	1,5	1,8	1,1

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Constatamos essa mesma relação curvilínea entre o interesse pela política e a idade em 2007. A principal diferença que ocorre entre os dois inquéritos é a percentagem média de interesse pela política em todos os escalões etários. Considerando a população em geral temos um declínio de 18,4 pontos percentuais entre 2007 e 2015. Em relação à faixa etária dos jovens (15-24 anos), a quebra no interesse pela política é ligeiramente inferior, registando um decréscimo de 15,8 pontos percentuais. O declínio correspondente para os jovens adultos atinge os 19,8 pontos percentuais. São diferenças significativas, e que estão de acordo com a tendência geral que temos vindo a detetar ao longo deste capítulo no que toca ao declínio no envolvimento dos jovens, e da sociedade em geral, em relação à política. No que diz respeito especificamente à questão do interesse, os mais jovens estão entre os grupos onde a diminuição foi menor entre 2007 e 2015.

A figura 5.3 dá conta do perfil sociodemográfico dos jovens que afirmam interessar-se “muito” ou “bastante” pela política. São os mais escolarizados, os patrões, os trabalhadores familiares não remunerados, os que vivem confortavelmente com o rendimento atual, os cidadãos com identificação partidária e posicionamento ideológico que se interessam mais por política. Em oposição são os menos escolarizados, os desempregados, e os que afirmam não ter identificação partidária que menos demonstram interesse por política. Vemos, pois, que o interesse está correlacionado com fatores socioeconómicos, mas também políticos, a saber a identificação partidária e ideológica.

Fig 5.3. População jovem (15-34) que declara que a política lhe interessa "muito" ou "bastante" (%).



Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

O último indicador que iremos abordar neste capítulo é, talvez, um dos mais importantes fatores explicativos das atitudes e dos comportamentos políticos dos eleitores, a saber a identificação partidária. Tal como se viu acima, a simpatia por um partido leva a um maior interesse pela política e a uma perceção de eficácia na participação política. Analisando em primeiro lugar os dados do inquérito de 2015, verificamos que a faixa etária mais jovem (15-24 anos) exhibe um padrão muito diferente das restantes. Assim, apenas 21,9% dos jovens afirma ter simpatia por um partido, enquanto entre os jovens adultos de 25 a 34 anos essa percentagem é cerca do dobro (39,3%). Neste caso, os jovens adultos assemelham-se bastante mais às restantes faixas etárias, embora ainda assim exibam uma taxa inferior de identificação partidária. Além disso, não se observa um padrão curvilíneo, isto é: à medida que se avança na idade, não se verifica uma quebra substancial na identificação partidária – os idosos (65 e mais anos) apresentam uma identificação partidária mais elevada do que a faixa etária entre 35 e 44 anos e idêntica à faixa etária dos 45-54 anos.

Quadro 5.9. Identificação partidária: partido com o qual simpatiza ou do qual se sente mais próximo e indivíduos sem identificação partidária. Total da população, por faixa etária (%).

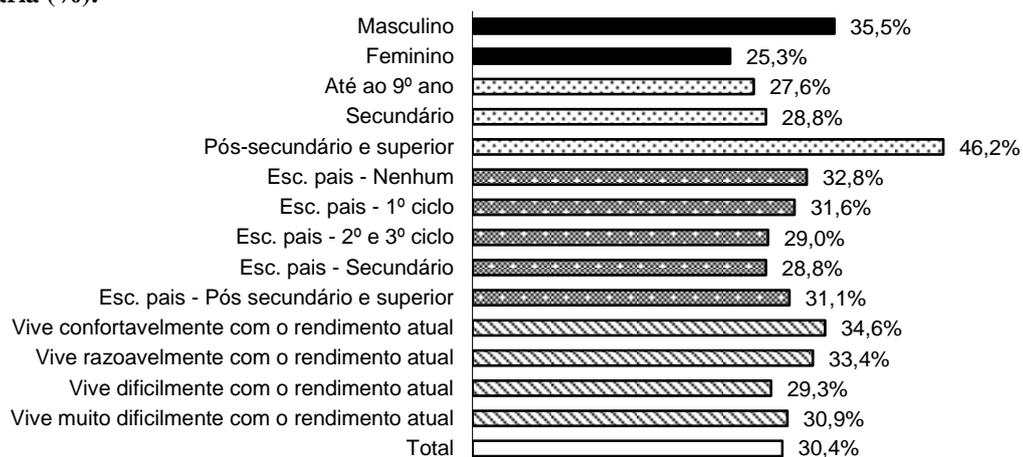
2015							
<i>Faixa Etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Com identificação partidária	21,9	39,3	44	48,5	57,4	48,5	44,2
Sem identificação partidária	78,1	60,7	56,0	51,5	42,6	51,5	55,8
2007							
Com identificação partidária	47,2	60,6	66,5	68,8	81	68,3	65,5
Sem identificação partidária	52,8	39,4	33,5	31,2	19,0	31,7	34,5

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

Já no que diz respeito à evolução longitudinal da simpatia partidária, constatamos o seguinte padrão recorrente: entre 2007 e 2015 houve uma quebra significativa na identificação com todos os partidos que é transversal à sociedade portuguesa, o que corrobora outros estudos (Lobo, 2013). De facto, enquanto em 2007 a maioria da população portuguesa simpatizava com um partido, em 2015 essa percentagem não ultrapassa os 44%, representando uma quebra de 21,3 pontos percentuais. A faixa etária dos jovens (15-24) é aquela onde a quebra foi maior, fixando-se nos 25,3 pontos percentuais.

Considerando o perfil sociodemográfico da população jovem, verificamos que os seguintes grupos sociais se destacam na taxa de simpatia partidária: os homens, os mais escolarizados, e os que auferem maiores rendimentos. Explorámos o possível efeito da escolarização dos pais na socialização política do indivíduo, e os resultados apresentados parecem sugerir que esta variável está associada de forma curvilínea à identificação com um partido por parte dos jovens: são aqueles com pais sem nenhuma ou com pouca escolarização, e os que têm pais mais escolarizados com percentagens acima da média de identificação partidária.

Figura 5.4. Perfil sociodemográfico da população jovem (15-34) que declara ter identificação partidária (%).



Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

6. Lazer e usos de tecnologias da informação e da comunicação

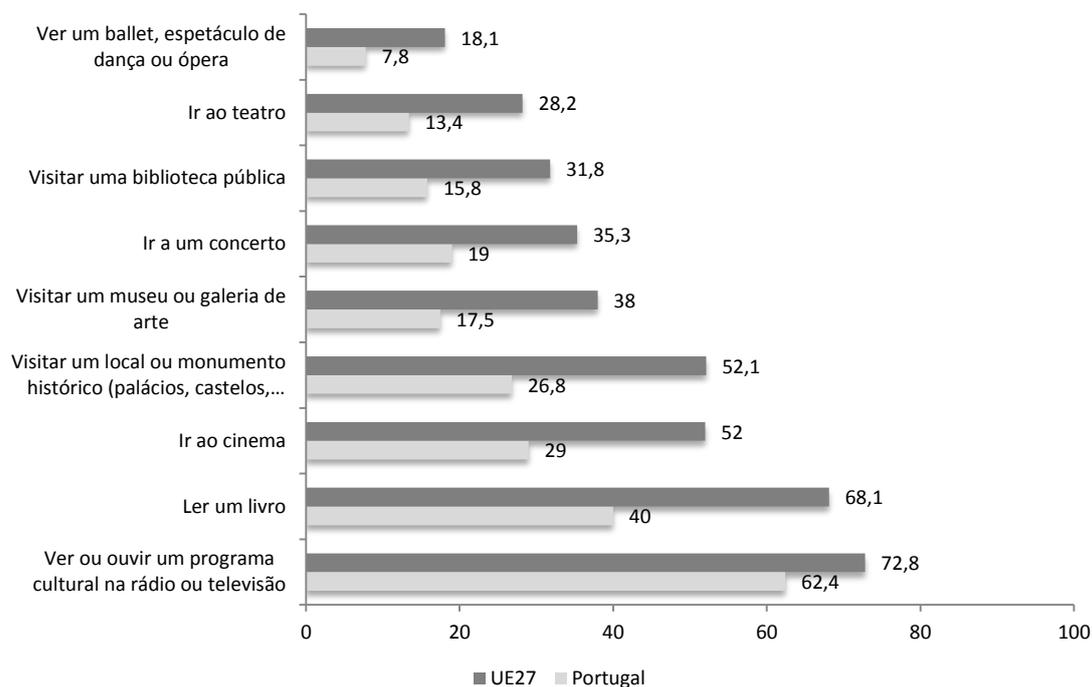
A temática dos tempos livres é central nas vivências juvenis, sobretudo tendo em conta que a atual crise económica tornou mais evidente a centralidade e relevância do trabalho na vida quotidiana o que, conseqüentemente e paradoxalmente, veio criar uma crescente valorização dos tempo de lazer, num contexto de maior escassez econômica, mas de maiores solicitações e pluralidade de oferta (Ferreira e Gomes, 2013). De facto, ao longo das últimas décadas, assistimos a uma complexificação da noção de tempos livres, resultante não só da multiplicação e sobreposição de práticas de diferentes naturezas, mas também da crescente permeabilização dos tempos do trabalho e do lazer.

Essa realidade é particularmente relevante no caso dos jovens, cujas vivências são muito marcadas pelas múltiplas solicitações culturais e de lazer que articulam práticas de carácter mais tradicional com novas formas de acesso e produção de conteúdos lúdicos, mais individualizadas e potenciadas pelo uso da internet. Neste contexto é importante perceber quais as formas atuais de gestão do tempo livre das novas gerações, num contexto de crise económica e laboral, e de que forma a multiplicidade de ofertas e de formas de acesso a conteúdos informativos e culturais condiciona a experiência dos tempos de lazer de jovens de diferentes contextos socioeconómicos e culturais.

6.1. Práticas de culturais e de lazer

Segundo dados do Eurobarómetro, em 2013 os portugueses apresentavam níveis de prática de atividades culturais relativamente baixas, sobretudo por comparação com a média dos países da União Europeia. Apesar destes dados referirem-se a práticas de lazer cultivadas (ir ao ballet, ao teatro, a um museu, etc.) - o que não permite uma visão comparativa mais alargada das multiplicidade de práticas de lazer a nível internacional - é interessante verificar que as atividades onde a diferença entre Portugal e a média europeia era maior referia-se às atividades “ler um livro” (-28%), “visitar um local ou monumento histórico” (-25%) e “ir ao cinema” (-23%). As atividades onde a distância em relação à prática de atividades culturais em Portugal e na Europa eram menores eram “ver um ballet, espetáculo de dança ou ópera” (-10%) e “ver ou ouvir um programa cultural na rádio ou televisão” (-11%).

Fig 6.1. Prática de atividades culturais. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano. Portugal e UE27 (%).



Fonte: Eurobarómetro 79.2 abril-maio 2013

Os dados do inquérito de 2015 confirmam os baixos valores de algumas práticas de lazer dos portugueses, sobretudo no que respeita a atividades mais cultivadas, como “ir a um museu ou galeria de arte” (11,5%), “ir ao teatro” (8,7%) ou “ver um ballet, espetáculo de dança e ópera” (5,2%). As atividades de expressão artística individual como “pintar ou desenhar” (8,9%), “tocar um instrumento musical ou cantar” (6,7%) e “escrever contos poemas, romances” (4%) também têm uma expressão relativamente marginal no total da população.

As atividades culturais e de lazer mais praticadas pelos portugueses são a prática de atividades físicas, desportivas ou radicais (34,9%), a leitura de livros (34,5%) e outras atividades de lazer fora de casa de carácter cultural ou desportivo como “ir ao cinema” (32,1%), “sair para dançar” (26,8%), “ir a espetáculos desportivos” (23,1%) e ir a espetáculos de música, quer “concertos de música ao vivo (20,5%), quer festivais de música (14,7%).

Uma análise por escalões etários permite-nos, no entanto, perceber que as médias para a população total escondem variações muito significativas em termos da frequência das práticas culturais e de lazer nas diferentes fases da vida dos indivíduos.

Todas as atividades elencadas são mais frequentemente praticadas pelos jovens, havendo uma sucessiva diminuição da percentagem de indivíduos que as declara ter feito pelo menos uma vez no último ano à medida que a sua idade avança. Essa diminuição prende-se, em grande parte, a efeitos de constrangimentos familiares e laborais no tempo livre disponível dos indivíduos nas diferentes fases da sua vida (Gomes, 2003). Esse efeito tende a acentuar-se progressivamente ao longo do tempo, mas, em alguns casos, é visível logo na passagem do estatuto de jovem a jovem adulto. De facto, as diferenças nas práticas culturais e de lazer dos jovens entre 15 e 24 anos e jovens entre 25 e 34 anos é particularmente acentuada no caso das atividades físicas, desportivas ou radicais (-19%), nas idas ao cinema (-17,1%), nas ida a espetáculos desportivos (-15%) e na ida a festivais de música (-14,8%), todas atividades praticadas fora de casa de carácter mais generalístico. As atividades cultivadas e de carácter mais doméstico são as que apresentam menor variação na passagem do escalão dos 15-24 aos 25-34 anos (-3,4% para a leitura de livros e a escrita de contos, poemas, romances; -3,3% para a ida ao teatro), destacando-se apenas, neste cenário a ida ao ballet, espetáculo de dança ou ópera, que é a única atividade que é tão praticada pelos mais jovens quanto pelos jovens adultos.

No que se refere às atividades mais praticadas pelos jovens, as que têm maior expressão entre os jovens e jovens adultos são a ida ao cinema (71,6% dos jovens entre os 15-24 e 54,5% entre os jovens adultos dos 25 aos 34 anos), a prática de atividades físicas, desportivas e radicais (67,8% entre os jovens de 15-24 e 48,8% entre os jovens adultos) e as saídas para dançar (55,8% entre jovens de 15-24 e 47,6% para os jovens adultos). O consumo de espetáculos desportivos também está entre as atividades mais praticadas, sendo referenciada por 48,8% dos jovens entre os 15 e os 24 e 33,8% dos jovens adultos. A ida a concertos de música é ainda indicada por uma parte expressiva dos jovens, em particular dos mais jovens (47,9%), sendo também de pontar a importância que os festivais de música têm vindo a assumir no panorama português: 41,9% dos jovens do 15 aos 19 anos declara ter ido a pelo menos um festival no último ano.

Quadro 6.1. Prática de atividades culturais e de lazer. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais	67,8	48,8	38,1	34,3	19,7	14,7	34,9
Ler um livro (sem ser de estudo)	45,2	41,8	38,6	37,6	25,7	23,9	34,5
Ir ao cinema	71,6	54,5	38,0	23,8	15,2	6,9	32,1
Sair para dançar	55,8	47,6	31,8	20,5	14,1	5,0	26,8
Ir a espetáculos desportivos (como espetador)	48,8	33,8	26,0	23,3	13,2	5,4	23,1
Ir a um concerto de música ao vivo	47,9	37,4	22,3	14,0	8,7	4,6	20,5
Ir a festivais de música	41,9	27,1	14,4	7,8	4,6	2,8	14,7
Visitar um museu ou galeria de arte	20,2	15,0	9,1	11,1	8,6	8,7	11,6
Ir a uma biblioteca pública	27,0	14,9	10,3	10,5	5,2	5,2	11,3
Pintar ou desenhar	20,1	12,9	10,3	5,9	5,1	3,1	8,9
Ir ao teatro	14,6	11,3	8,3	7,9	6,2	6,0	8,7
Tocar um instrumento musical ou cantar	18,0	12,4	5,7	3,1	5,1	1,0	6,7
Ver um ballet, espetáculo de dança e ópera	9,0	9,4	6,0	5,1	3,5	0,9	5,2
Escrever contos, poemas, romances	9,2	5,8	4,8	1,8	2,1	2,2	4,0

Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Ao cruzar as atividades culturais e de lazer mais praticadas pelos jovens entre 15 e 34 anos (“ir ao cinema”, “praticar atividades físicas, desportivas ou radicais”, “sair para dançar”, “ler um livro”, “ir a um concerto de música ao vivo” e “ir a espetáculos desportivo”) com algumas das suas características sociográficas, verifica-se que são as variáveis de rendimento e de escolarização (do próprio e dos pais) que mais têm influência sobre estas práticas.

São os jovens com escolaridade pós-secundária ou superior (em relação a outros níveis de ensino), os filhos de pais com escolaridade pós-secundária ou superior (em relação aos filhos de pais com outros níveis de escolaridade) e os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento (face a outros jovens com níveis de rendimento menos elevados) que mais declaram praticar as atividades em causa.

Uma exceção tem que ser feita porém, no caso da leitura de livros, que se destaca por ser mais comum entre os jovens filhos de pais com o secundário (64,6%). Aliás, “ler um livro” e “ir a espetáculos desportivos” são as únicas atividades com maior incidência entre os filhos de pais com secundário do que entre filhos dos pais com nível de ensino pós-secundário ou superior.

Os jovens que apresentam valores mais baixos para todas as atividades culturais e de lazer são aqueles com maiores dificuldades económicas, ou seja aqueles que declaram “viver com muitas dificuldades com o rendimento atual”.

Em termos de género, verifica-se que a prática de atividades físicas, desportivas e radicais, a ida a concertos de música ao vivo e a ida a espetáculos desportivos são atividades mais comuns entre os homens do que as mulheres. No sentido contrário, temos a leitura de livros, que se destaca por ser mais praticada no feminino (50% no caso das mulheres e 36,5% no caso dos homens).

A condição perante o trabalho tem também influência nas práticas culturais e de lazer: os estudantes apresentam valores mais elevados do que os trabalhadores para todas as atividades, sendo que os desempregados apresentam sempre valores menos elevados do que as restantes duas categorias.

Quadro 6.2. População jovem (15-34) por atividades culturais e de lazer praticadas pelo menos uma vez no último ano (%).

<i>Variáveis</i>	Ir ao cinema	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais	Sair para dançar	Ler um livro	Ir a um concerto de música ao vivo	Ir a espetáculos desportivos
Masculino	62,2	65,5	53,1	36,5	45,8	53,9
Feminino	62,0	49,1	49,3	50,0	38,4	27,1
Até ao 9º ano	50,8	53,1	45,6	37,1	31,3	36,1
Secundário	68,7	59,2	54,7	44,3	49,3	44,9
Pós-secundário e superior	85,8	67,3	62,4	64,4	62,0	44,4
Esc país - Até ao 1º ciclo	49,9	46,7	45,9	35,3	29,7	32,5
Esc país - 2º e 3º ciclo	67,0	63,7	54,9	45,0	49,3	43,8
Esc país - Secundário	81,2	66,4	57,0	64,6	58,7	57,6
Esc país - Pós-secundário ou superior	88,5	82,4	63,5	54,7	65,5	54,1
Estudante	78,5	71,5	58,2	55,3	54,2	51,2
Trabalhador	61,2	53,4	52,8	41,4	41,5	41,3
Desempregado	44,3	48,8	39,3	33,3	30,4	28,5
Vive confortavelmente com o rendimento atual	77,2	73,5	65,4	51,2	67,3	58,0
Vive razoavelmente com o rendimento atual	71,6	64,8	57,5	53,5	48,6	45,2
Vive dificilmente com o rendimento atual	57,0	52,7	48,3	35,5	32,6	38,4
Vive muito dificilmente com o rendimento atual	39,0	41,5	34,0	29,0	28,7	23,8
Total jovens 15-34	62,1	57,3	51,2	43,3	42,1	40,5

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

6.2. Acesso e usos da Internet

O acesso à internet apresenta diferenciações geracionais marcadas sendo a sua utilização generalizada entre os escalões mais jovens e tornando-se progressivamente mais rara à medida que avançamos na idade. De facto, se entre os mais jovens apenas 2,1% declara nunca aceder à Internet, nos escalões mais velhos esse valor é de 63,4% (no caso dos indivíduos entre os 55 e os 64 anos) e de 88,3% (no caso dos indivíduos com 65 ou mais anos). Neste caso a menor prática entre os escalões mais velhos não se prende tanto com os efeitos de constrangimentos familiares e laborais, como no caso das práticas culturais e de lazer, mas com a menor familiaridade das gerações mais velhas com o meio virtual.

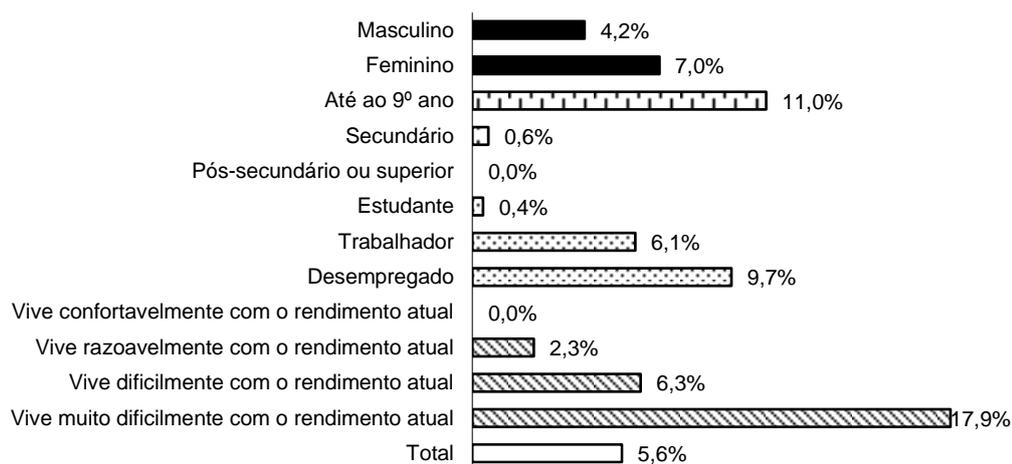
Quadro 6.3. Frequência de acesso à internet. Total da população, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Diariamente	86,9	74,5	53,5	36,0	18,8	6,4	42,3
Ocasionalmente (menos do que uma vez por dia)	10,8	17,2	23,9	19,1	15,9	4,9	14,9
Nunca	2,1	8,4	22,3	42,7	63,4	88,3	41,9
Não sabe	0,0	0,0	0,0	1,8	1,4	0,0	0,5
Não responde	0,2	0,0	0,4	0,4	0,5	0,4	0,3

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Entre os jovens (15-34 anos) a percentagem que afirma nunca aceder à internet é relativamente baixa (5,6%), sendo que estes estão maioritariamente concentrados nas categorias socialmente menos favorecidas. De facto, são os que vivem com mais dificuldades económicas (17,9% dos jovens que declaram viver muito dificilmente com os seus rendimentos), os que têm baixos níveis de escolarização (11% dos que têm apenas até ao 9º ano de escolaridade) e os desempregados (9,7%) que mais declaram nunca aceder à internet.

Fig 6.2. População jovem (15-34) que nunca acede à internet (%).



Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Em relação às finalidades na utilização da internet por parte dos inquiridos, a utilização de redes sociais aparece destacada um primeiro lugar (76,9%), à frente de outras atividades como “enviar e receber *emails*” (69,6%) e “procurar informações sobre eventos, produtos, ou serviços” (57,4%). Estes dados são interessantes e demonstram a importância crescente que as redes sociais têm vindo a ganhar nos últimos anos, sobretudo se tivermos em conta que no Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias de 2013³ a “participação nas redes sociais” surgia em terceiro lugar (com um valor de 70,6%) atrás das atividades “enviar e receber *emails*” (83,2%) e “pesquisar informações sobre bens e serviços” (72,8%). Esta diferença na ordenação das principais finalidades da internet deve-se provavelmente não só ao aumento da percentagem total de utilizadores de redes sociais, como também, ao facto de hoje em dia as redes sociais oferecerem uma série de serviços integrados (*chats*, fóruns, mensagens escritas, etc.) que permitem uma concentração da utilização de diferentes recursos cibernéticos numa única plataforma (Cardoso e Mendonça, 2015).

No que se refere à utilização da internet pelos jovens é possível constatar que a utilização dos mais jovens (15-24) destaca-se, em relação à dos jovens adultos (e a todos os escalões etários sucessivos) em termos da incidência de atividades de carácter comunicativo como “comunicar em tempo real” (+13,3% do que os jovens adultos) ou “usar as redes sociais (+6,6%), mas sobretudo em relação a atividades relacionada com

³ INE/Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013. Este inquérito tem como universo Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos.

o acesso a conteúdos lúdicos como “fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão” (+18,9%), “ouvir rádio ou música”(+12,9%), “ver filmes ou programas de televisão em tempo real” (+10,6%), e “jogar jogos de computador” (+10,2%).

Os jovens adultos, por sua parte, são aqueles que, face a todos os outros grupos etários, mais utilizam a internet de forma utilitária para procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços (66%), comprar ou encomendar produtos ou serviços (25,7%), e vender produtos ou serviços (10,3%). São também o escalão etário que mais produz conteúdos para *websites* ou *blogs* (13,6%).

Quadro 6.4. Finalidades de utilização da internet (resposta múltipla). População total que acede à internet, por faixa etária (%).

<i>Faixa etária</i>	<i>15/24</i>	<i>25/34</i>	<i>35/44</i>	<i>45/54</i>	<i>55/64</i>	<i>65 e +</i>	<i>Total</i>
Usar as redes sociais	91,9	85,1	79,0	65,1	56,7	34,5	76,9
Enviar e receber <i>emails</i>	73,0	75,1	71,3	66,7	54,3	54,9	69,6
Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	55,6	66,0	61,2	48,8	49,0	47,3	57,4
Comunicar em tempo real (ex.: Chats, Messenger, Skype, etc.)	62,7	49,4	41,6	34,0	23,0	20,8	44,1
Jogar jogos de computador	59,4	49,2	29,0	26,8	18,2	22,6	38,8
Ouvir rádio ou música	55,0	42,1	28,4	26,4	18,4	12,8	35,5
Ler artigos de jornais	32,4	35,9	31,0	34,5	25,4	27,4	32,4
Fazer <i>download</i> de filmes, música ou séries de televisão	48,4	29,5	15,4	12,2	5,6	0,0	23,8
Ver filmes ou programas de televisão em tempo real	38,1	27,5	14,8	12,9	11,5	7,5	22,0
Ler <i>blogs</i>	24,5	24,1	14,7	16,7	9,6	11,1	18,8
Comprar ou encomendar produtos ou serviços	17,4	25,7	15,3	17,1	5,6	0,0	17,1
Criar/colocar conteúdos num <i>website</i> ou <i>blog</i>	11,9	13,6	8,1	7,4	2,8	7,5	9,7
Vender produtos ou serviços	8,1	10,3	4,1	4,1	0,0	3,5	6,1

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Ao cruzarmos as finalidades de utilização da internet dos jovens entre 15 e 34 anos com algumas variáveis sociográficas, observa-se que há finalidades que se distinguem em termos do perfil dos seus praticantes.

No que se refere ao género, constata-se que há atividades com uma maior incidência entre a população feminina, sendo que as mulheres destacam-se face aos homens nas atividades de pesquisa e leitura, ou seja, na procura de informação na internet (63,7% vs. 58,8%), na leitura de artigos de jornais (37,5% vs. 31,1%), mas sobretudo na leitura de *blogs* (28,9% vs. 19,8%). É de notar que estes resultados vão de encontro aos obtidos em relação às práticas culturais e de lazer, em que as mulheres se

destacavam face aos homens na leitura de livros. Ou seja, as mulheres leem mais do que os homens em geral: não só leem mais livros, mas também outro tipo de produtos *on-line*.

Os homens, por sua vez, destacam-se face às mulheres, nas finalidades de acesso a alguns conteúdos lúdicos, nomeadamente “fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão” (40,7% vs. 35,6%), “ver filmes ou programas de televisão em tempo real” (35,8% vs. 28,9%), mas sobretudo “jogar jogos de computador” (61,8% vs. 45,7%).

Os resultados por condição perante o trabalho também adquirem relevância na sua variabilidade. Se no caso das práticas culturais e de lazer, estas eram sempre praticadas em maior expressão pelos estudantes, seguidos pelos trabalhadores, e por fim pelos desempregados, no caso das finalidades de utilização da internet, apesar de os estudantes continuarem a ser aqueles que em maior proporção afirmam usar a internet para quase todas as finalidades apresentadas, há algumas exceções. De facto, para algumas finalidades os desempregados superam os valores dos trabalhadores, mas sobretudo há atividades em os trabalhadores apresentam valores superiores a todas as outras categorias.

Os trabalhadores - que têm uma média etária mais elevada do que os estudantes e maior poder de compra do que estudantes e desempregados - destacam-se face aos restantes jovens nas atividades de acesso à informação, *upload* de conteúdos e utilização da internet para a compra e venda de bens. Ou seja, na compra ou encomenda de produtos e serviços (+ 9,8% do que os estudantes), na procura de informação na internet (+ 8,3% do que os estudantes), na venda de produtos e serviços (+ 5,9% do que os estudantes), na leitura de artigos de jornais (+2,6% do que os estudantes) e na criação/colocação de conteúdos num *website* ou blog (+2,1 do que os estudantes). É de notar que, tratando-se de trabalhadores, a maior incidência desta atividades poderá estar relacionada com estas poderem estar associadas não só aos seus tempos livres, mas também às suas funções profissionais, ou seja são atividades de natureza híbrida que tanto podem levadas a cabo com finalidades lúdicas, como profissionais.

No mesmo sentido é igualmente de destacar alguns resultados obtidos a partir do cruzamento por nível de escolaridade e rendimento subjetivo. De facto, a escolarização e as condições socioeconómicas, que se demonstram centrais para a compreensão da frequência das práticas culturais e de lazer, também aqui têm o seu peso, mas com algumas particularidades. No caso dos jovens com escolaridade pós-secundária ou superior, estes destacam-se face os jovens com níveis de escolaridade inferiores em

atividades como enviar ou receber *emails* (89,9%), procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços (66,5%), ler artigos de jornais (60,4%), ler *blogs* (35,6%) e comprar ou encomendar produtos ou serviços (34,7%). No entanto para outras finalidades apresentam valores muito próximos ou mesmo inferiores aos dos jovens com o secundário (e dos que têm até 9º ano). É por exemplo o caso de atividades como jogar jogos de computador (40,3% vs. 58,8% dos jovens com o secundário), fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão (35,5% vs. 41,4% dos jovens com o secundário) e usar as redes sociais (84,8% vs. 88,7% dos jovens com o secundário).

Resultados similares verificam-se em relação à situação socioeconómica. Com efeito, são os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento atual que apresentaram valores mais elevados para todas as atividades elencadas, com uma única exceção: na finalidade “jogar jogos de computador” estes jovens foram os que apresentaram valores mais baixos (45,7%).

Mais relevante é o caso dos jovens entre 15 e 34 anos que acedem à internet e que declaram viver com muitas dificuldades. Trata-se de uma categoria que, ao longo de toda a análise do inquérito, evidenciou viver com grandes dificuldades em termos de inserção no mercado de trabalho, ter mobilidade internacional escolar, lúdica e laboral reduzida e ter níveis de prática de atividades culturais, lazer, cívicas e políticas abaixo dos jovens das categorias socioeconómicas superiores. No entanto, quando questionados sobre as finalidades para as quais usam a internet, verificamos que 92,1% declara usar as redes sociais (apresentando valores mais elevados do que os jovens que vivem razoavelmente, ou com dificuldades com o seu rendimento atual, com 87,5% e 85,8% respetivamente), 56,4% declara utilizar a internet para comunicar em tempo real (acima dos valores dos jovens que vivem razoavelmente, ou com dificuldades com o seu rendimento atual, com 53,1% e 52,4% respetivamente), 43,2% declara fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão (acima dos valores dos jovens que vivem razoavelmente, ou com dificuldades com o seu rendimento atual, com 37,6% e 36% respetivamente) e 33,6% declara ver filmes ou programas de televisão em tempo real (acima dos valores dos jovens que vivem com dificuldades com o seu rendimento atual, com 28,4%).

É claro que estes dados referem-se aos jovens que vivem com muitas dificuldades que acedem à internet, e que, como tivemos oportunidades de ver anteriormente, esta é a categoria em que uma maior percentagem declara nunca aceder à internet (17,6%). Ainda assim, não deixa de ser relevante que os jovens que vivem com

muitas dificuldades e que de facto têm acesso à internet fazem-no de forma específica e intensiva, utilizando-a com valores acima da média para atividades relacionadas com a comunicação com as suas redes de sociabilidade (redes sociais e comunicação em tempo real) e para atividades relacionadas com o acesso grátis ou pouco oneroso de conteúdos lúdicos (fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão e ver filmes ou programas de televisão em tempo real), encontrando assim, muito provavelmente, uma forma de contornar o problema do acesso a conteúdos de lazer num contexto de privação económica.

Quadro 6.5. População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização (%).

<i>Variáveis</i>	Usar as redes sociais	Enviar e receber <i>emails</i>	Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	Comunicar em tempo real	Jogar jogos de computador	Ouvir rádio ou música	Ler artigos de jornais	Fazer <i>download</i> de filmes, música ou séries de televisão	Ver filmes ou programas de televisão em tempo real	Ler <i>blogs</i>	Comprar ou encomendar produtos ou serviços	Criar/colocar conteúdos num <i>website</i> ou <i>blog</i>	Vender produtos ou serviços
Masculino	88,2	72,9	58,8	56,8	61,8	47,7	31,1	40,7	35,8	19,8	21,8	14,5	10,3
Feminino	88,1	75,5	63,7	54,1	45,7	48,3	37,5	35,6	28,9	28,9	22,0	11,0	8,2
Até ao 9º ano	88,6	63,6	52,1	50,9	53,4	46,4	25,2	36,1	27,6	18,1	16,4	10,2	6,7
Secundário	88,7	80,9	66,5	58,3	58,8	49,5	36,0	41,4	36,6	27,6	24,0	15,2	10,9
Pós-secundário e superior	84,8	89,8	76,6	63,0	40,3	49,2	60,4	35,3	36,0	35,6	34,7	14,5	13,2
Estudante	93,0	75,1	58,9	67,1	62,4	62,9	34,7	50,4	44,1	30,2	17,9	12,7	6,7
Trabalhador	85,5	75,3	67,2	52,5	51,1	43,0	37,3	32,3	27,3	23,9	27,7	14,8	12,6
Desempregado	87,1	69,2	48,2	48,8	48,4	39,7	26,5	34,7	29,1	19,0	15,5	8,2	5,9
Vive conf. c/ rendimento atual	93,2	86,4	83,2	72,8	45,7	66,0	56,5	45,7	41,6	39,5	54,3	28,4	19,1
Vive raz. c/ rendimento atual	87,5	80,5	67,5	53,1	55,5	48,6	37,7	37,6	35,3	23,8	26,1	11,9	9,5
Vive dific. c/ rendimento atual	85,8	71,1	56,5	52,4	55,4	46,8	30,8	36,0	28,4	22,4	16,0	12,7	8,1
Vive muito dific. c/ rendimento	92,1	62,1	44,6	56,4	47,5	34,6	25,0	43,2	33,6	20,3	15,7	10,4	7,9
Total 15-34	88,1	74,2	61,2	55,5	53,9	48,0	34,2	38,2	32,4	24,3	21,9	12,8	9,3

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

7. Conclusões

Este relatório permitiu traçar um retrato bastante complexo das situações, comportamentos e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada. Essa perspetiva comparada aconteceu a vários níveis. Por um lado, porque sempre que possível contextualizámos com dados equivalentes recolhidos em inquéritos internacionais. Por outro lado, porque o inquérito recolhido em 2015 incluiu todas as faixas etárias e foi assim possível verificar em que medida os jovens se distinguem dos outros portugueses ou, pelo contrário, têm perceções semelhantes em todos os indicadores abordados. Finalmente, no caso do capítulo sobre atitudes políticas, foi também possível recorrer a dados recolhidos em 2007 num inquérito sobre juventude e política por forma a ter uma perspetiva longitudinal que compreende um momento antes do início da crise económica e outro no período pós-troika. Optámos por apresentar as principais conclusões por capítulo, pois a diversidade dos temas impede uma leitura global daquilo que é essencialmente um retrato multifacetado de uma categoria social que é determinante para o futuro do país.

7.1. Atitudes perante o desemprego

No que diz respeito ao emprego a dificuldade acrescida das inserções profissionais e a instabilidade laboral são fenómenos que, no recente contexto de crise económica, têm pautado as transições dos jovens portugueses para a idade adulta. As taxas de desemprego atingiram cerca de 1/3 da população jovem entre 15-24 anos, situação que, para muitos jovens, correrá o risco de deixar de ser temporária e intermitente para se tornar numa condição estrutural, quando se observa que mais de 50% dos jovens adultos desempregados entre 25-34 anos já se encontra nessa situação há mais de um ano.

Particularmente vulneráveis à situação de desemprego, nomeadamente à sua forma mais durável, estão os jovens com menores qualificações escolares. Apesar de o diploma já não garantir necessariamente um emprego à saída da universidade, as qualificações superiores operam ainda uma certa proteção contra as formas mais excludentes do mercado de trabalho, verificando-se não apenas um ritmo mais lento de crescimento do desemprego entre os jovens diplomados do ensino superior, mas

também a sua inexpressividade entre as formas mais estruturais e longas de desemprego.

Vivendo em grande medida dos apoios concedidos por familiares, os jovens em situação de desemprego não se mostram, contudo, desencorajados na procura ativa de emprego, sendo a faixa etária que mais ativamente tende a diversificar as suas estratégias para sair dessa situação. Note-se, contudo, a tendência para os jovens menos qualificados ativarem estratégias mais tradicionais de procura de emprego (como a inscrição num centro de emprego, ou a mobilização de contatos pessoais), preferindo os jovens mais qualificados estratégias que passam pela procura de emprego através da internet e redes sociais e enviar candidaturas espontâneas.

Confrontados com a realidade do crescimento do desemprego, a possibilidade de vir a perder o seu emprego revelou-se uma preocupação crescente e transversal à sociedade portuguesa, sendo também dominante entre os mais jovens. Essa preocupação é tanto mais transversal quanto, de facto, não é manifesta apenas em relação ao emprego do próprio, mas estende-se largamente à possibilidade de desemprego entre cônjuges e filhos.

Apesar de maioritariamente muito preocupados com a possibilidade de virem a perder o seu emprego (61%), os trabalhadores mais jovens (15-24) revelam-se significativamente mais otimistas quanto à possibilidade de virem a encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo, sendo apenas 34% os que acreditam ser muito improvável que tal aconteça num espaço de seis meses. A atitude de ceticismo perante essa probabilidade, contudo, aumenta substancialmente com o avançar da idade, demonstrando a crença no risco acrescido de etarismo ao longo da vida profissional.

Para além do fator idade, constata-se ainda que a intensidade com que se vive as atitudes de preocupação com a possibilidade de desemprego do próprio, e de ceticismo perante a possibilidade de vir a encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo, se acentua à medida que as condições socioeconómicas dos jovens empregados se tornam mais desfavorecidas e vulneráveis, quer do ponto de vista do rendimento do seu agregado familiar, quer do ponto de vista das suas qualificações escolares, quer ainda do ponto de vista da presente condição ou vínculo contratual que mantêm no trabalho.

7.2. Empregabilidade e valores do trabalho

Existe uma perceção nitidamente partilhada entre a sociedade portuguesa de que as causas do desemprego juvenil, hoje em dia, não dependem de fatores individuais ou de “falta de empregabilidade” dos jovens, mas de condições de compressão do mercado de trabalho que prejudica quem está, no momento presente, a tentar nele se integrar: 61% dos portugueses partilha da opinião de que “há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho”, proporção que não tende a ter variações muito significativas de um ponto de vista geracional ou outro.

Um dos discursos mais disseminados na esfera pública como medida de combate ao desemprego e de promoção de emprego e da empregabilidade dos jovens tem-se desenvolvido em torno do “empreendedorismo”. Sendo a hipótese de dar início ao seu próprio negócio considerada por cerca de 33% dos jovens adultos empregados (25-34 anos) no caso de virem a ficar sem emprego, na realidade verifica-se ser uma estratégia residual entre os jovens que se encontram de facto em situação de desemprego. Por outro lado, trata-se de uma predisposição que, entre os jovens, se manifesta sobretudo entre quem já teve (ou está a viver) uma experiência empreendedora no seu percurso laboral, sendo patrão ou trabalhador por conta próprio, e quem vive em melhores condições socioeconómicas e tem qualificações mais elevadas.

Ainda que menos acentuadamente que as gerações mais velhas, os valores instrumentais relacionados com o valor da “estabilidade” e “segurança” no domínio do trabalho continuam a ser as orientações dominantes entre os mais jovens, salientando-se sobretudo entre os jovens em situação de desemprego, e com escolaridades abaixo do ensino superior. Em detrimento da estabilidade e até do próprio rendimento, nota-se, contudo, uma relevância acrescida do valor atribuído às “possibilidades de realização pessoal” através do trabalho entre alguns segmentos juvenis em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas. São também estes os jovens que, dentro de um espetro maioritariamente pessimista, tendem a expressar uma atitude mais otimista face ao futuro, acreditando que “daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”.

7.3. Mobilidade laboral e estudantil

Quanto às experiências de mobilidade laboral e estudantil internacional dos jovens portugueses, estas assumem valores em torno dos 12% para os jovens que indicam já ter frequentado uma escola na União Europeia, de cerca 13% para os jovens

com escolaridade de nível superior que declaram ter frequentado uma universidade num país da UE e de 11% para os jovens adultos já tiveram uma experiência laboral no estrangeiro.

É de notar, no entanto, que uma parte considerável da população entre 15 e 34 anos nunca teve experiências formativas no estrangeiro (84% nunca frequentou uma escola, universidade ou ações de formação na UE) e nunca viajou de férias para o estrangeiro (60,6% dos jovens entre 15 e 24 anos e 53,3% dos jovens entre 25 e 34 anos), o que evidencia algumas clivagens nas experiências de mobilidade internacional dos jovens Portugueses.

Em relação à experiência laboral no estrangeiro no passado, os dados mostram que os movimentos mais recentes de saída e entrada de jovens do país por motivos laborais são igualmente compostos por mão-de-obra jovem muito qualificada e pouco qualificada. As inserções laborais não são, no entanto, sempre iguais: os jovens pouco qualificados têm em maior proporção experiências de trabalho permanente no estrangeiro, enquanto entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior são as experiências de estágios que se evidenciam.

A experiência de férias no estrangeiro, por sua vez, é muito definida pelas condições socioeconómicas e culturais dos indivíduos, sendo mais comum entre os jovens que vivem confortavelmente com o seu rendimento atual, que têm escolaridade de nível pós-secundário ou superior, e cuja escolaridade dos pais é de nível pós-secundário ou superior.

A proporção de indivíduos que declaram considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro é maior entre os jovens e jovens adultos do que nos restantes grupos etários. Se tivermos em conta os jovens que consideram a ideia de vir a trabalhar no estrangeiro e os que, apesar de não considerarem a ideia, não a excluem, pode-se concluir que cerca 70% dos jovens entre 15 e 24 anos estão de alguma forma abertos à hipótese de vir a ter uma experiência laboral fora de Portugal.

A consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro é bastante transversal a todas as categorias sociográficas dos jovens. Mesmo assim, são os jovens filhos de pais mais escolarizados e os jovens que já frequentaram uma universidade num país União Europeia os que mais declaram estar abertos a essa experiência.

As razões que incentivariam os jovens a fazer uma experiência laboral no estrangeiro estão sobretudo associadas com o trabalho (“ter melhores oportunidades de emprego” e “ter melhores condições de trabalho”). Os jovens dos 15 aos 24 anos, na

sua maioria ainda em fase de formação, distinguem-se por serem o grupo etário que mais aponta motivações relacionadas com o seu desenvolvimento pessoal, nomeadamente a nível da aquisição de novas competências, na acumulação de novas experiências e ampliação das suas redes de sociabilidade.

7.4. Atitudes perante a política

Uma das conclusões mais importantes deste capítulo é a diferença nas atitudes e nos comportamentos entre a faixa etária dos mais jovens (15-24 anos) e dos jovens adultos (25-34 anos). Os primeiros estão acima da média nacional no que diz respeito à satisfação com a democracia, mas também são aqueles que menos procuram notícias sobre política, pertencem em menor percentagem a partidos do que a média nacional, e participam pouco em associações cívicas, com exceção de grupos desportivos e associações juvenis e estudantis. Já os jovens adultos (25-34 anos) consomem o dobro das notícias sobre política; estão acima da média nacional na pertença a partidos políticos, sindicatos, associações ou ordens profissionais, grupos desportivos, grupos culturais ou de lazer, e outros tipos de associações sem fins lucrativos.

Também no que diz respeito a atividades de participação social e política, não existe nenhum tipo de participação social ou política em que os mais jovens (15-24 anos) estejam acima da média nacional. Contudo, considerando a faixa etária seguinte (entre os 25 e os 34 anos), esta está acima da média nacional nas seguintes atividades: assinar uma petição, fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente, e dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política. Já no que diz respeito à identificação partidária, só 19% dos jovens (15-24 anos) a assumem, enquanto entre os jovens adultos de 25 a 34 anos essa percentagem é cerca do dobro (39,3%).

De uma forma sistemática, pudemos também verificar que o maior envolvimento dos jovens, considerando ambas as faixas etárias, está associado àqueles que têm mais recursos socioeconómicos, mas também políticos.

Em muitos casos pois, detetámos diferenças substanciais entre os jovens e jovens adultos. Mas mais: verificámos ainda uma relação de curvilinearidade, em que os mais jovens e os mais idosos são aqueles que exibem atitudes e comportamentos de menos envolvimento político, enquanto os jovens adultos têm percentagens que revelam um envolvimento maior. Isto sugere que estamos perante tendências que não são estruturais, mas apenas de ciclo de vida, e que quando estes jovens se tornarem jovens

adultos irão tendencialmente adquirir essas mesmas atitudes que sinalizam uma cidadania política mais plena. É certo porém que os significados de “cidadania mais plena” em Portugal não estarão ao nível daquilo que acontece em democracias onde a satisfação com a democracia é maior. No entanto, a evolução de jovens para jovens adultos denota uma aproximação à média nacional.

Do ponto de vista longitudinal, evidencia-se ainda muito claramente um declínio sistemático nos indicadores selecionados que indicia uma quebra na qualidade da democracia em Portugal, pelo menos no que concerne a relação dos cidadãos com a política.

7.5. Lazer e usos de TICs

Por último, vejamos as principais conclusões no que diz respeito às atividades culturais e de lazer. O estudo mostra que estas são mais praticadas pelos jovens, havendo uma diminuição progressiva da percentagem de indivíduos que indica tê-las feito ao longo do último ano à medida que a sua idade avança. As práticas mais caracteristicamente juvenis, ou seja, com maior incidência juntos dos jovens entre 15 e 24 anos, são atividades de carácter generalístico praticadas fora de casa (atividades físicas e desportivas ou radicais, idas ao cinema, idas a espetáculos desportivos, idas a festivais de música). As atividades cultivadas e de carácter mais doméstico tendem a ser praticadas com uma incidência semelhante por jovens e jovens adultos.

A prática de atividades culturais e de lazer é, em larga medida, definida pelas condições culturais e socioeconómicas dos indivíduos. São os jovens com escolaridade pós-secundária ou superior, os filhos de pais com escolaridade pós-secundária ou superior e os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento, que mais declaram tê-las praticado ao longo do último ano.

O acesso à internet é também muito marcado por clivagens geracionais, sendo generalizado para a quase totalidade da faixa dos 15 aos 24 anos e tornando-se progressivamente mais raro à medida que a idade. Os jovens entre 15 e 34 anos que declaram nunca aceder à internet estão maioritariamente concentrados nas categorias socialmente menos favorecidas, ou seja, os que têm baixos níveis de escolarização, os desempregados e os que declaram viver muito dificilmente com os seus rendimentos.

As finalidades de uso da internet apresentam perfis de utilização um pouco mais diversificados. A importância da internet para os tempos livres dos mais jovens torna-se óbvia quando verificamos a elevada percentagem de jovens entre 15 e 24 anos que

declaram utilizá-la para atividades estritamente de lazer, como ver filmes ou séries, jogar jogos de computador, ouvir música, etc.

Os jovens adultos entre 25 e 34 anos e os jovens trabalhadores entre 15 e 34 anos distinguem-se, por sua vez, em relação a atividades e acesso a informação, *upload* de conteúdos e compra e venda de produtos. Trata-se de atividades de carácter mais utilitário que podem articular interesses de carácter lúdico e laboral, o que reflete uma muito maior permeabilidade entre os tempo livre e os tempos do trabalho nas novas gerações mais informatizadas.

As finalidades de utilização da internet por parte de homens e mulheres apresentam também diferenças. Os homens distinguem-se nas finalidades de acesso a conteúdos lúdicos – utilizam-na para ver filmes ou séries (em tempo real ou através de *download*) e para jogar jogos de computador –, e as mulheres apresentam valores mais elevados para atividades relacionadas com a pesquisa de informação e leitura, o que vai de encontro aos resultados apurados para as práticas culturais e de lazer em que estas se distinguem na leitura de livros.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. N. de e Vieira, M. M. (2013). Educação. In Cardoso, J. L., Magalhães, P. e Pais, J. M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp.57-67), Lisboa: Expresso / ICS-UL.
- Alves, N. (2007). «E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social?», *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2, 59-68.
- Cabral, M. V. (2000). «A cidadania política em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXXV (154-155), 2000, pp. 85-113.
- Cardoso, G. e Mendonça, S. (Org.) (2015). *Os Media e as dinâmicas geracionais na sociedade Portuguesa. Análise dos impactos das variáveis geracionais nas práticas mediáticas dos portugueses*, Lisboa: Publicações OberCom.
- Ferreira, V. S. e Gomes, R. T. (2013). Lazer. In Cardoso, J.L., Magalhães, P. e Pais, J.M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp.141-151), Lisboa: Expresso/ICS-UL.
- Ferreira, V. S. e Nunes, C. (2014). «Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa», *Educação em Foco*, vol. 18, n.º 3, Universidade Federal de Juíz de Fora – Minas Gerais, pp. 167-207.
- Freire, A., e Magalhães, P., (2003). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa: ICS.
- Freire, A., Lobo, M. C., e Magalhães, P., (2004). *Portugal a Votos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, R. T. (2003). Sociografia dos lazeres e práticas culturais dos jovens portugueses. In Pais, J.M., Cabral, M. C. (Eds.), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*, 167 - 263. Oeiras: Celta.
- Guerreiro, M. das D. e Abrantes, P. (2004). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Lobo, M. C., (2013). *Portugal e a Europa: Novas Cidadania*, Lisboa: FFMS.
- Lopes, J. T. (2014). *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Magalhães, P. e Moral, J., (2008). *Os Jovens e a Política, Um estudo realizado para a Presidência da República pelo CESOP*, Disponível online em: http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf

Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa: Âmbar.

Pais, J. M. (2012). «A esperança em gerações de futuro sombrio», *Estudos Avançados*, 26 (75), pp. 267-280.

Peixoto, J. (2013). Migrações. In Cardoso, J.L., Magalhães, P., Pais, J.M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp.154-163), Lisboa: Expresso/ICS-UL.

Pohl, A. e Walther, A. (2007). «Activating the disadvantaged. Variations in addressing youth transitions across Europe», in: *International Journal for Lifelong Education*, Vol. 26(5), pp. 533-553.

Vieira, M. Manuel; Ferreira, V. S. e Rowland, J. (2015). «Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011», *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 54, pp. 5-25.

Walther, A. (2006). «Regimes of Youth Transitions. Choice, flexibility and security in young people's experiences across different European contexts», in: *YOUNG*, Vol. 14, No. 2, pp. 119-141.